

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

MAIARA MÜLLER MONTIEL

**O DESENVOLVIMENTO DAS CINCO MAIORES ECONOMIAS MUNDIAIS MAIS A
DO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INDICADORES
CONTEMPORÂNEOS SELECIONADOS**

Sant'Ana do Livramento

2017

MAIARA MÜLLER MONTIEL

**O DESENVOLVIMENTO DAS CINCO MAIORES ECONOMIAS MUNDIAIS MAIS A
DO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INDICADORES
CONTEMPORÂNEOS SELECIONADOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Ciências Econômicas da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Orientador: Prof.(a) Dra. Debora Hoff

Sant'Ana do Livramento

2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

M958d Montiel, Maiara Muller

O DESENVOLVIMENTO DAS CINCO MAIORES ECONOMIAS MUNDIAIS MAIS A DO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INDICADORES CONTEMPORÂNEOS SELECIONADOS / Maiara Muller Montiel.

99 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 2017.

"Orientação: Debora Nayar Hoff".

1. Desenvolvimento. 2. Crescimento. 3. Índices de desenvolvimento. 4. PIB, Índice de GINI, IDH, FIB. I. Título.

MAIARA MÜLLER MONTIEL

**O DESENVOLVIMENTO DAS CINCO MAIORES ECONOMIAS MUNDIAIS MAIS A
DO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE INDICADORES
CONTEMPORÂNEOS SELECIONADOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Ciências Econômicas da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em Ciências
Econômicas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ___/___/___

Banca examinadora:

Prof. Dra. Debora Nayar Hoff

Orientador

Curso de Ciências Econômicas - UNIPAMPA

Prof. Dr. Mauro Barcellos Sopena

Curso de Ciências Econômicas - UNIPAMPA

Prof. Ms. Bruna Taize de Medeiros

Curso de Ciências Econômicas - UNIPAMPA

“Dedico este trabalho à minha avó, que não importa onde, sempre esteve comigo.”

AGRADECIMENTO

Agradeço, em primeiro lugar, a minha família. Em especial aos meus pais, que são um exemplo de esforço e superação, onde mesmo nos momentos mais difíceis nunca desviaram dos seus sonhos, me encorajando a seguir os meus. Aos meus irmãos, Ananda, Lorenzo e Lívia e meu sobrinho Kauã, obrigado.

Agradeço também ao Leonardo, que de forma especial e carinhosa em deu força e coragem, apoiando nos momentos mais difíceis, quero agradecer também a minha filha, Thalita, que iluminou de maneira muito especial os meus pensamentos me levando a buscar mais conhecimentos.

Agradeço ainda a Universidade Federal do Pampa, e a todos os professores que tive o prazer de conviver, e que me proporcionaram todo o conhecimento necessário à graduação.

Principalmente, agradeço a minha orientadora, Debora, por seus ensinamentos, paciência e confiança ao longo da elaboração deste trabalho. Sem esse apoio não chegaria até fim.

Ao professor Daniel por suas ideias, ajudando no desenvolvimento dessa monografia.

A todos os meus amigos e colegas.

Agraço, por fim, a todos que de alguma maneira se fizeram presentes na realização desse trabalho.

“N3o importa o que aconteça, continue a nadar.”

Graham Walters - Procurando Nemo

RESUMO

A noção de desenvolvimento econômico somente se fortalece no século XX, porém tem suas origens teóricas e empíricas estabelecidas em período anterior, a partir do século XVIII. Percebe-se ao longo da história que surgem diferentes conceitos sobre o desenvolvimento econômico, enriquecendo sua noção e, dessa maneira, surgem também diferentes formas para sua mensuração. A partir desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as cinco maiores economias mundiais mais a do Brasil, considerando o PIB em paridade de poder de compra do ano de 2015, e verificar seu desempenho ao serem medidas por diferentes indicadores de desenvolvimento econômico. Pela natureza do estudo se enquadra como método quantitativo, onde o método principal que se utilizou foi o comparativo, também fazendo o uso de métodos auxiliares, como o método bibliográfico e o documental, além dos dados secundários. Dentre os diversos indicadores já desenvolvidos para medidas de desenvolvimento, para fins deste estudo foram selecionados alguns que configuram ou como medidas clássicas (PIB e Índice de GINI) ou como esforço institucional de complexificação do indicador (IDH) ou como uma tentativa de medida de uma modificação profunda da concepção de desenvolvimento (FIB – Felicidade Interna Bruta). Para chegar ao objetivo principal, primeiramente foram expostos os aspectos relativos a noção de desenvolvimento, apresentando a perspectiva histórica de sua construção, enfatizando os diferentes conceitos considerados para a construção e tentativa do seu entendimento. Ainda foi apresentado o conceito sobre os indicadores de desenvolvimento, classificando seus principais objetivos. Para compreender as mudanças estruturais que acarretaram no crescimento das nações, necessitou-se fazer uma retrospectiva histórica dos países. Nesse sentido, foi possível observar a visível influência que a globalização exerce nos países e, assim, foi apresentado as economias de cada país, abrangendo aspectos como os tipos de políticas utilizadas, os principais produtos produzidos, em que momento da história ocorreu a industrialização e a abertura da economia. Visando compreender se esses países, com alto nível de capital, representam-se ainda como desenvolvidos ao englobar outros aspectos, como sociais e ambientais, fez-se a análise dessas condicionalidades, através da metodologia proposta por cada indicador selecionado. Os resultados indicam que embora o elevado crescimento econômico dos países estudados, não necessariamente continuam desenvolvidos nas outras óticas. Os problemas sociais, existentes nesses países, encadeiam uma baixa perspectivas nos outros indicadores, e o aparente descaso governamental com determinadas parcelas da população. Desse modo, para que ocorra, de fato, o desenvolvimento é preciso que ocorra a evolução de algumas crenças e costumes, diferentemente em cada país.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Crescimento; Indicadores;

ABSTRACT

The concept of economic development only got its strength in the twentieth century, but his theoretical and empirical origins was established in the previous period, from the eighteenth century. Throughout history, different concepts of economic development have emerged, enriching their notion and, in this way, different forms emerged for their measurement. From this context, the present study aims to analyze the five largest world economies plus Brazil, considering the GDP at purchasing power parity in 2015, and to verify their performance when measured by different indicators of economic development. By the nature of the study, it is classified as a quantitative method, where the main method used was the comparative one, also making use of auxiliary methods, such as the bibliographic and documentary method, besides the secondary data. Among the various indicators already developed for development measures, for this study were selected some that constitute either as classic measures (GDP and GINI Index) or as an institutional effort to complex the indicator (HDI) or as an attempt to measure one profound modification of the design of development (FIB - Gross Domestic Happiness). To reach the main objective, firstly it was presented the aspects related to the notion of development, presenting the historical perspective of its construction, emphasizing the different concepts considered for the construction and attempt of its understanding. It was also presented the concept of development indicators, classifying its main objectives. To understand the structural changes that have led to the growth of nations, it was necessary to make a historical retrospective of the countries. In this sense, it was possible to observe the visible influence that globalization exerts in the countries and, thus, presented the economies of each country, covering aspects such as the types of policies used, the main products produced, at which moment of the industrialization occurred and the opening of the economy. Aiming to understand if these countries, with a high level of capital, still represent themselves as developed to include other aspects, such as social and environmental, these conditions were analyzed through the methodology proposed by each selected indicator. The results indicate that although the high economic growth of the countries studied, they do not necessarily continue to develop in the other optics. The social problems in these countries link a low outlook on other indicators and the apparent government neglect of certain parts of the population. Thus, for development to take place, it is necessary that the evolution of some beliefs and customs take place, differently in each country.

Keywords: Development; Growth; Indicators.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Síntese do método a ser utilizado para atender cada objetivo específico.....	21
Tabela 2 - Posição dos países selecionados no ranking gerados a partir do PIB (PPC) (2015), Índice de GINI, IDH (2015), FIB (2014-2016).....	64
ANEXO A - <i>Ranking</i> do Coeficiente de GINI.....	96
ANEXO B - PIB (PPC) dos países selecionados (1980-2015), em U\$\$ bilhões de dólares correntes.....	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - PIB em paridade de poder de compra 1980-2015, em bilhões de US\$ correntes.....	52
Gráfico 2 - PIB em paridade de poder de compra percentual em relação ao PIB (PPC) mundial (em % bilhões de US\$ correntes)	54
Gráfico 3 - Curva de <i>Lorenzi</i>	60
Gráfico 4 - Relação entre o IDH (2015) e o FIB (2014-2016).....	65
Gráfico 5 - Posição dos países selecionados no ranking gerados a partir do PIB (PPC) (2015), Índice de GINI, IDH (2015), FIB (2014-2016)	66
Gráfico 6 - Posição individual dos países selecionados no ranking gerados a partir do PIB (PPC) (2015), Índice de GINI, IDH (2015), FIB (2014-2016).....	68
Gráfico 7 - Coeficiente de GINI – CHINA (1979-2015)	70
Gráfico 8 - Coeficiente de GINI – ESTADOS UNIDOS (1979-2015).....	72
Gráfico 9 - Coeficiente de GINI – ÍNDIA (1979-2015)	75
Gráfico 10 - Coeficiente de GINI – JAPÃO (1990-2015)	77
Gráfico 11 - Coeficiente de GINI – ALEMANHA (2005-2015).....	79
Gráfico 12 - Coeficiente de GINI – BRASIL (1979-2015).....	81

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento
CBDR	Common But Differentiated Responsibilities
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
DM	Marco Alemão
ESM	Economia Social de Mercado
EUA	Estados Unidos
FAO	Food and Agriculture Organization
FIB	Felicidade Interna Bruta
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEEs	Gases de Efeito Estufa
IDH	ndice de Desenvolvimento Humano
IED	Investimento Externo Direto
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Partido Comunista da China
PIB	Produto Interno Bruto
PPC	Paridade de Poder de Compra
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDA	República Democrática Alemã
RFA	República Federal da Alemanha
ZEE	Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 METODOLOGIA	18
2 NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, SEUS DIFERENTES CONCEITOS E OS INDICADORES	22
2.1 NOÇÃO HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO	22
2.2 CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	25
2.3 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	28
3 DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DAS CINCO MAIORES POTÊNCIAS MUNDIAIS E A DO BRASIL	31
3.1 DINAMICA FINANCEIRA MUNDIAL	31
3.2 TRAJETÓRIAS DO CRESCIMENTO	34
3.2.1 China	34
3.2.2 Estados Unidos	37
3.2.3 Índia	41
3.2.4 Japão	43
3.2.5 Alemanha	46
3.2.6 Brasil	49
3.3 ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONOMICO	51
4 ANALISE COMPARATIVA DOS ÍNDICADORES SELECIONADOS	56
4.1 DIFERENÇAS METODOLÓGICAS	56
4.1.1 Produto Interno Bruto – PIB	56
4.1.2 Índice de GINI ou Coeficiente de GINI	59
4.1.3 Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	60
4.1.4 Felicidade Interna Bruta - FIB	62
4.2 CLASSIFICAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	64
4.3 POSSÍVEIS DETERMINANTES	69
4.3.1 China	69
4.3.2 Estados Unidos	72
4.3.3 Índia	74

4.3.4 Japão	76
4.3.5 Alemanha.....	78
4.3.6 Brasil.....	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	88
ANEXOS	96

1 INTRODUÇÃO

O debate acerca do desenvolvimento econômico existe desde o surgimento da Economia como ciência. Por exemplo, Adam Smith, em “A Riqueza das Nações”, busca encontrar o desenvolvimento da nação através do crescimento econômico (RODRIGUES, 2013).

A partir da II Guerra Mundial, dados os problemas políticos e econômicos enfrentados pelos países, emergem novas ideias, constituintes de um desenvolvimento mais amplo e complexo do que aquele vinculado diretamente ao crescimento econômico. Através dessa ótica, o termo desenvolvimento é visto como um processo contínuo de aumento da produção de bens e serviços, o qual leva à melhoria do padrão de vida, comandado pelo progresso tecnológico que gera o aumento e a acumulação da riqueza. É possível que se analise, dessa maneira, o desenvolvimento como um processo de transformação estrutural que abrange a sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2006; FURTADO, 2000; SOUZA, 2012).

A ideia de desenvolvimento vista somente como crescimento econômico perdurou por algum tempo no sistema econômico e político. Através de estudos destinados a reconhecer a relevância de uma dimensão mais ampla do desempenho dos países, entra em cena a ideia do “bem-estar” da sociedade, diferenciando o desenvolvimento do crescimento econômico. Esse bem-estar está ligado inicialmente a questões de saúde e educação e, mais tarde, também, ao próprio bem-estar individual, além de questões ambientais, que entraram em pauta recentemente. Portanto, diante da situação em que diversos países encontravam-se e na esperança de uma melhora futura, ocorre uma multiplicação de teorias acerca desse assunto e, dessa forma, o enriquecimento da noção do desenvolvimento econômico (FEIJÓ; OLINTO, 2003; QUEIROZ, 2011).

Buscar uma melhoria da condição de vida é uma pretensão existente entre as sociedades. E conseguir saber como se está diante dos outros países e do próprio passado permite que se consiga uma melhor percepção quanto ao nível da qualidade de vida, e, dessa forma, se houve algum progresso ou não. Para obter essas respostas, e saber o quão bem ou mal se está, utiliza-se a mensuração. Segundo Soligo (2012, p.14) os indicadores econômicos são um conjunto de dados estatísticos que servem para “medir e transformar essas medidas em índices utilizados para revelar e sinalizar diversos aspectos da sociedade”.

Ao analisar de forma histórica os indicadores, aponta-se o surgimento na economia, através da macroeconomia keynesiana, do Produto Interno Bruto – PIB, ainda no momento onde o

desenvolvimento era relacionado ao crescimento econômico. Esse indicador considera em sua análise o valor total de produtos e serviços de determinado país, e era dado como o principal índice mensuração. Nesse período era possível, também, que houvesse uma mensuração da desigualdade social, através do índice de GINI ou Coeficiente de GINI. Sua importância está na medida que fornece uma melhor percepção da desigualdade presente no mundo, e acaba por promover medidas de inclusão de renda, podendo resultar em uma melhoria da condição de vida da parcela mais necessitada da população (CAVALHEIRO, 2010; SIEDENBERG, 2003; SOLIGO, 2012; SOUZA, 2012).

Porém, como explica Siedenberg (2003) a partir de 1960 indicadores que visam observar a renda *per capita* começam a ser questionados, já que as estratégias adotadas na época não levaram ao desenvolvimento desejável. Iniciativas das Nações Unidas (através do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) desenvolvem o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que passa a integrar a ideia de mensuração da qualidade de vida dos indivíduos. O IDH reflete-se em três componentes, sendo eles: indicador de longevidade, educação e renda *per capita*. Ampliando, ainda mais, o entendimento acerca das responsabilidades dos condutores da política econômica. Porém, esse indicador ainda possui algumas limitações, no que diz respeito ao ecossistema, por exemplo, ou o ciclo de vida social (FEIJÓ; OLINTO, 2003; SOLIGO, 2012).

A fim de complexificar o indicador, para que ele mostre elementos mais profundos do desenvolvimento, tem-se adotado, na última década, a noção de Felicidade Interna Bruta – FIB. Esse indicador leva em conta nove campos da vida familiar e social da população, que são: o padrão de vida, a boa governança, a educação, a saúde, a resiliência ecológica, a diversidade cultural, a vitalidade comunitária, o uso equilibrado do tempo e o bem-estar psicológico e espiritual. O índice leva à compreensão de uma redefinição do objetivo do desenvolvimento, à afirmação de um novo modo de planejar e organizar a economia, e a uma nova orientação da economia e da tecnologia para servir aos objetivos maiores do desenvolvimento social e humano (ARRUDA, 2009).

Neste contexto, é possível dizer que a construção de diferentes indicadores para mensuração do desenvolvimento evidencia diferentes noções de desenvolvimento. O que leva à questão orientativa desta pesquisa: ao analisar as cinco maiores economias do mundo mais o Brasil, considerando o Produto Interno Bruto (PIB) em paridade de poder de compra (PPC), do ano de 2015, os países continuariam sendo apontados como desenvolvidos ao serem medidos por diferentes indicadores?

A partir deste questionamento, o problema geral de pesquisa é analisar as cinco maiores economias mundiais mais a do Brasil, considerado o PIB (PPC), no ano de 2015, e verificar comparativamente os seus desempenhos ao serem medidas por diferentes indicadores de desenvolvimento econômico. Para alcançá-lo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- I. Descrever o contexto sobre a noção de desenvolvimento econômico, retratando a evolução histórica e os diferentes conceitos de desenvolvimento.
- II. Identificar as cinco maiores economias mundiais, e a do Brasil, pelo volume de PIB (PPC) do ano de 2015 e descrever um histórico destas economias, contextualizando suas principais características econômicas atuais.
- III. Avaliar comparativamente o desempenho dessas seis economias ao serem observadas pelo índice de GINI, IDH e FIB, buscando sinais dos possíveis determinantes das diferenças observadas no desempenho dos países perante os indicadores analisados.

À guisa de construção de uma justificativa para esta pesquisa, pode-se dizer que no decorrer da história, os avanços da tecnologia e o aprofundamento dos conhecimentos econômicos, promoveram profundas transformações no modo de agir dos governantes bem como no entendimento acerca do que é desenvolvimento, sendo que essa noção de desenvolvimento está atrelada às necessidades do mundo em determinado período de tempo. Nessa perspectiva destacam-se diversas correntes, desde o crescimento, passando pelo desenvolvimento sustentável até o desenvolvimento humano. Observa-se então que as mudanças dos elementos determinantes do processo interferem nos indicadores necessários para observar a evolução do desenvolvimento.

Assim, analisar contemporaneamente um país somente através do seu PIB, ou de sua renda *per capita* pode levar a entendimentos viesados sobre seu real desenvolvimento. Será que os países de maior renda *per capita* tem também menor desigualdade e maior bem-estar social? A relevância de uma pesquisa comparativa deste porte encontra-se na possibilidade de identificar as convergências e discrepâncias de cada indicador, ao analisar-se desenvolvimento, reforçando o entendimento da necessidade de indicadores específicos para cada tipo de noção de desenvolvimento. Por outro lado, tende a reforçar a necessidade de aprimorar-se as medidas, de forma a que identifiquem o processo a que se referem.

A próxima seção foi construída afim de apresentar a metodologia que sustentou esta pesquisa.

1.1 METODOLOGIA

Para que se consiga atingir o objetivo maior desse estudo, que busca analisar se os países continuaram desenvolvidos observados por diferentes indicadores, se fará o uso do método dedutivo. Como explica Marconi e Lakatos (2009 p.92-106) o método dedutivo “tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas. (...) Que, partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares”

Esta pesquisa tem enfoque quantitativo, uma vez que “utiliza a coleta e análise de dados para responder às questões de pesquisa” (Sampieri; Collado; Lucio, 2006, p. 5). Para os autores o enfoque quantitativo é adequado quando há uma realidade a conhecer e pode-se usar a medição e quantificação para conhecê-la. Assim a pesquisa passa a ter a finalidade de relatar o que ocorre, buscando fatos que deem informação específica da realidade, visando explicá-la. Caracteriza-se ainda como sendo uma pesquisa descritiva, uma vez que busca especificar propriedades e características importantes do fenômeno que está analisando (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

A fim de atender os objetivos destinados a apresentar a noção de desenvolvimento econômico e seus conceitos, e também retratar os países apontados na pesquisa será utilizado o método histórico, utilizando técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. Conforme Marconi e Lakatos (2009, p.107) o método histórico “consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje (...). Seu estudo, deve remontar aos períodos de sua formação e de suas modificações”.

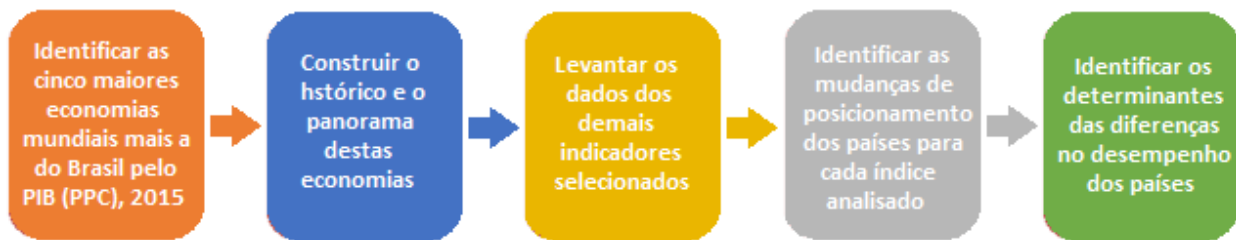
Para esse fim, a análise dos dados se dará por meio do método comparativo, onde, de acordo com Marconi, Lakatos (2009, p.107) “permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais. Constitui uma verdadeira experimentação indireta”. A comparação será feita entre os países identificados a partir do Produto Interno Bruto de 2015.

As técnicas de pesquisa utilizadas serão basicamente a pesquisa bibliográfica e documental e a pesquisa com dados secundários. A cobertura temporal do estudo será definida com base na última série disponível de cada indicador. Dessa forma, para os indicadores do Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) será utilizado o ano de 2015, para o indicador da Felicidade Interna Bruta (FIB) será utilizada a série referente aos anos 2014-2016 e para o Índice de GINI será formulado uma ordenação com os dados referentes ao último ano calculado de cada País, pois os dados desse indicador não são calculados anualmente em todos os

países, a classificação pode ser observada no Anexo A¹. As bases de tais índices serão extraídas dos dados presentes em bancos online como: Fundo Monetário Internacional (FMI), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), *World Happiness Report* e Banco Mundial. Bases de dados complementares serão usadas para a construção da visão panorâmica dos países, como os dados da FAO (*Food and Agriculture Organization*), entre outros. A pesquisa bibliográfica e documental contará com material disponível nas bibliotecas da Unipampa e em bases informacionais como o Scholar Google, os Periódicos CAPES e o Scielo, entre outros.

Os passos da pesquisa são os descritos na figura 01:

Figura 01 - Delineamento da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

Conforme exposto na figura, no primeiro momento se fará a identificação das cinco maiores economias mundiais e a do Brasil, via o PIB de 2015. Após esse exercício construiu-se o histórico dessas economias, a fim de demonstrar como chegaram a essa posição de desenvolvimento global. A partir disso, migrou-se para o próximo passo em que a pesquisa de detêm, que foi levantar as informações dos outros indicadores selecionados para o estudo (GINI, IDH, FIB). Tendo isso identificou-se quais as mudanças observadas no posicionamento dos países em cada um dos indicadores. E por fim, se buscou-se identificar quais os possíveis determinantes para as diferenças encontradas no desempenho do desenvolvimento dessas economias, através da análise comparativa entre as formas de mensuração. Tal como será explicado na tabela 01, que faz uma síntese dos métodos utilizados.

O texto final foi organizado em cinco capítulos, sendo a introdução o primeiro. No segundo capítulo apresenta-se os aspectos relativos à noção de desenvolvimento, enfocando uma

¹ Os dados foram exportados em março de 2017.

perspectiva histórica para sua estruturação e enfatizando seus diferentes conceitos. Também é apresentado o entendimento geral sobre o que são indicadores de desenvolvimento econômico. No próximo capítulo, foi exposto, com base no PIB de 2015, quais são as cinco maiores economias do mundo mais a do Brasil, apresentando o panorama econômico, de cada um deles, a fim de demonstrar sua trajetória até alcançar tal posição, bem como, uma ideia de números relevantes para o entendimento de características de cada economia. O quarto capítulo foi destinado a classificação e discussão dos resultados. Nesse capítulo, se irá comparar os indicadores selecionados com o PIB (PPC), observando suas diferenças acerca das posições. Também será analisado os principais determinantes para essas diferenças identificadas dentre os indicadores. E, por fim, o quinto capítulo traz as considerações finais, em que foi apresentado o entendimento acerca da pesquisa, fazendo uma analogia entre os objetivos propostos e os objetivos que foram alcançados.

Tabela 1 - Síntese do método a ser utilizado para atender cada objetivo específico

OBJETIVO	Variável	TÉCNICA DE PESQUISA	FONTE UTILIZADA
I. Descrever o contexto sobre a noção de desenvolvimento econômico, retratando a evolução histórica e os diferentes conceitos de desenvolvimento.	Contribuição teórica; Diferença entre desenvolvimento e crescimento; Conceitos de desenvolvimento;	Pesquisa bibliográfica e documental;	- Bases informacionais como Scielo, Periódicos Capes e Scholar Google; - Biblioteca Unipampa;
II. Identificar as cinco maiores economias mundiais, e a do Brasil, pelo volume de PIB (PPC) do ano de 2015 e descrever um histórico destas economias, contextualizando suas principais características econômicas atuais.	PIB em paridade do poder de compra; Principais eventos históricos; Produção típica (se industrial, extrativa, agropecuária ou serviços); A escolha dos parâmetros se deu por disponibilidade e acesso de dados e informações sobre os países;	Dados Secundários Pesquisa bibliográfica e documental;	- FMI - WEO (2017); - Banco Mundial; - FAOSTATA; - Bases informacionais como Scielo, Periódicos Capes e Scholar Google; - Biblioteca Unipampa;
III. Avaliar comparativamente o desempenho dessas seis economias ao serem observadas pelo índice de GINI, IDH e FIB, buscando sinais dos possíveis determinantes das diferenças observadas no desempenho dos países perante os indicadores analisados.	Índice de Gini; IDH; FIB; Através do desdobramento dos indicadores, quando possível ou via análises já publicadas sobre o desempenho observado;	Dados Secundários Dados Secundários Pesquisa bibliográfica e documental;	- Banco Mundial (2017); - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - FMI - WEO (2017); - Relatórios de Desenvolvimento Mundial do PNUD (2017); - World Happiness Report (2017); - Bases informacionais como Scielo, Periódicos Capes e Scholar Google; - Biblioteca Unipampa;

Fonte: Elaboração própria

2 NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, SEUS DIFERENTES CONCEITOS E OS INDICADORES

Com o objetivo de contribuir para a compreensão do contexto em que a discussão proposta pelo estudo surge, esta seção foi construída para apresentar aspectos relativos a noção de desenvolvimento, passando pela perspectiva histórica de sua construção e enfatizando diferentes aspectos considerados para o seu entendimento. Também será apresentado o entendimento geral sobre a mensuração do desenvolvimento econômico e a construção de índices para tal.

2.1 NOÇÃO HISTÓRICA DO DESENVOLVIMENTO

A noção de desenvolvimento econômico se fortalece no século XX, porém tem suas origens teóricas e empíricas estabelecidas em período anterior, a partir do século XVIII (FURTADO, 2000; SOUZA, 2012). Oliveira (2002, p.40) explica o desenvolvimento como uma característica de “mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas”.

Embora não seja explicitada de forma clara, percebe-se a presença da ideia do desenvolvimento já em autores mercantilistas e fisiocratas, vinculada ao conceito de crescimento econômico. Para os mercantilistas a riqueza de uma nação seria decorrente da acumulação de metais preciosos. Essa ideia, levou a expansão do comércio internacional da época. Já para os fisiocratas a verdadeira riqueza estava no fator terra, ou seja, o que era gerado na agricultura. A indústria e comércio apenas seriam úteis para transformação e transporte do valor. Mesmo entre estes, o crescimento econômico servia de referência para a identificação das nações de melhor desempenho (SOUZA, 2012).

O autor clássico Adam Smith (1723-1790), em sua obra “A Riqueza das Nações”, faz com que emergja com vigor o tema do crescimento econômico, identificando os fatores da formação da riqueza nacional e do trabalho produtivo. Smith explica que a divisão do trabalho gera uma maior produtividade e um aumento do número de mercados. Esse aumento de mercados e a demanda oriunda deles implica na necessidade de uma melhor divisão do trabalho e de mais produtividade, gerando retornos crescentes. Como consequência, tem-se o aumento de renda via aumento do emprego ou pela qualificação deste na demanda por serviços mais especializados. Nesse sentido, o desenvolvimento ocorre devido à redução do desemprego e o aumento da renda média da

população via aumento das remunerações pagas aos trabalhadores (FURTADO,2000; SOUZA, 2012).

No decorrer da história, assim como Smith, outros autores tentaram entender as causas e progressos de uma sociedade. Exemplo disso é o trabalho de David Ricardo (1772-1823) que acreditava que os capitalistas desempenhavam papel fundamental no desenvolvimento da economia. Para ele, através da Lei dos Rendimentos Decrescentes, o aumento do custo dos alimentos, na margem extensiva, eleva a taxa do salário e acaba afetando a taxa de lucro, refletindo no resto da economia. Nesse sentido, os capitalistas desempenham a função de encontrar oportunidades que sejam mais rentáveis para seu capital e, reinvestindo suas rendas, promovem a acumulação desse. Outra contribuição é a de Karl Marx (1818–1883), que tem sua análise baseada na teoria do valor-trabalho e na teoria dos lucros, de Smith e Ricardo. E, tem como relevância, o fato de ser o primeiro a levar em conta a perspectiva histórica na análise da economia. Desse modo, ele descreve a produção como uma atividade social que irá ser organizada pela forma e modo de produção de cada época para assim desempenhar o crescimento (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013; SILVA, 2008; SOUZA, 2012).

A teoria Neoclássica, confrontando a teoria de Marx, cria a Teoria do Equilíbrio Geral, onde os mercados tenderiam ao equilíbrio, ou seja, acreditava que a oferta e a demanda determinariam os preços dos bens e serviços. E consideravam que, independente da mão de obra ofertada, sempre haveria uma demanda empregadora, desde que aceito o salário de mercado, a ser determinado pela produtividade do último trabalhador inserido na estrutura. Dessa maneira, enquanto os teóricos clássicos admitiam o desenvolvimento como crescimento, os autores neoclássicos focavam na alocação estática de recursos, baseando-se em problemas microeconômicos. Sintetizando, a teoria neoclássica pode ser qualificada como ‘otimizadora’, onde os agentes econômicos tendem a maximizar sua função utilidade, e como resultado a coletividade tende a otimizar seu “bem-estar” conforme as suas preferências. Também entre estes o desenvolvimento funde-se à ideia de crescimento econômico (FURTADO, 1983; RODRIGUES, 2013).

Em sua Teoria do Desenvolvimento Econômico, Joseph Schumpeter (1883-1950) procura entender de uma forma geral os movimentos da sociedade. Percursor em diferenciar o crescimento do desenvolvimento, Schumpeter não acreditava que o crescimento da população e a acumulação de recursos levasse ao desenvolvimento. Ele explica, através do “fluxo circular” que o produto encontrará seu próprio mercado, período após período, não podendo ser previsto de maneira *ex*

ante. O fato é que embora possa produzir crescimento, as adaptações ocorridas na economia não caracterizarão em si um desenvolvimento, sendo esse um fenômeno qualitativamente diferente. As mudanças originadas das ‘novas combinações’² de matérias e as forças que já estão disponíveis na sociedade quando incorporadas ao fluxo circular é que vão produzir o desenvolvimento econômico (COSTA, 2006).

No entanto, a ideia de desenvolvimento, atrelada a questão de distribuição, passa a ser entendida como um problema real a partir das flutuações econômicas do século XIX. Durante as ondas de inovações os países veem suas economias crescer de modo acelerado. A concentração de renda em determinados países torna mais evidente o distanciamento entre as economias mais e menos desenvolvidas. Tem-se, entre os países que incorporam a nova dinâmica em suas estruturas, um aumento da renda, do emprego e do nível de bem-estar social. Os países pobres, mostram dificuldades em adotar as mesmas estratégias, dada a existência de problemas estruturais ou de subordinação de suas economias a outras (SOUZA, 2012).

Com a grande depressão dos anos 1930 evidencia-se o drama do desemprego e da incapacidade do mercado em solucionar a crise. Abre-se uma oportunidade para a emergência da teoria Keynesiana na sua aplicação prática. Como solução para a crise, adotou-se a ação do Estado na economia, utilizando-se dos investimentos diretos e das políticas anticíclicas, de modo a diminuir o desemprego e amenizar as flutuações econômicas. Desse modo tem-se que a estabilidade é condição necessária para o desenvolvimento econômico, do mesmo modo que o crescimento deve manter um ritmo que atenda às necessidades das classes sociais, das regiões e dos países. Foi John Maynard Keynes (1883-1946) na Teoria Geral do emprego do juro e da moeda, que estabeleceu um marco na teoria econômica, com uma abordagem macroeconômica do sistema, substituindo a teoria clássica. Centra sua análise na abordagem de fatores sob o aumento do investimento, os impactos da renda e o emprego (FURTADO, 1983; SOUZA, 2012).

Uma formulação teórica do desenvolvimento econômico, na tentativa de explicar as transformações desses conjuntos econômicos complexos, ainda se encontra em elaboração. Pode-se dizer que não se tem um conceito pronto e acabado de desenvolvimento, mas trabalha-se, ao

²As ‘novas combinações’ referem-se: 1) Introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade de um bem; 2) Introdução de um novo método de produção; 3) Abertura de um novo mercado; 4) Conquista de uma nova fonte de matérias-primas ou de bens semimanufaturados; 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio (COSTA, 2006 p.7).

longo do tempo, com noções de desenvolvimento que expressam as expectativas e necessidades de uma região em determinado período. Os economistas buscam dentro da história econômica elementos para explicar e formar tal teoria, porém a complexidade da realidade não cabe em modelos generalizados. É por conta desse retrato que acaba-se observando o desenvolvimento por diferentes conceitos e orientações, entendendo-se que o desenvolvimento econômico ocorre por meio das conquistas humanas, das atitudes sociais, por condições políticas e conflitos históricos aos quais está atrelado (ARNDT, 1989; BRANDÃO, 2008; SOUZA, 2012).

2.2 CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A não existência de uma definição universal acerca do desenvolvimento, leva à tentativa de entendê-lo pelas suas diferentes características. Como já mencionado, em uma perspectiva histórica observa-se, inicialmente, a ideia de desenvolvimento como sinônimo de crescimento. Nesta vertente, é explicado como um processo de acumulação de capital e de introdução de progresso técnico ao trabalho e ao capital, que vai provocar um aumento da produtividade ou da renda por habitante, levando, conseqüentemente, ao aumento dos salários e do padrão de bem-estar da sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2006; FEIJÓ, 2007; FURTADO, 2000).

Nesse sentido, e decorrente disso, a noção de desenvolvimento via crescimento ganha visibilidade a partir da aplicação da Contabilidade Nacional, nascida da teoria keynesiana. Através dela, passa-se a comparar a renda *per capita* dos diferentes países, classificando-os como ricos (desenvolvidos) ou pobres (não desenvolvidos ou subdesenvolvidos). Essa macroeconomia keynesiana passa a ser aplicada para todos os países após a II Guerra Mundial. E, o desenvolvimento, passa a ser “guiado” pelos países europeus industrializados e bem-sucedidos economicamente (SOUZA, 2012; OLIVEIRA, 2002).

Porém, o nível de renda *per capita* elevado, que o indicativo de crescimento requer, não garante distribuição de renda, não podendo ser só isso caracterizado como desenvolvimento econômico. Assim, o processo de reconstrução das economias afetadas pela guerra, as inovações tecnológicas e o aumento no padrão de consumo acabaram por levar os indivíduos à refletirem sobre a vida que levam. Isso implicou na consideração dos efeitos, decorrentes do processo de crescimento econômico, no padrão de vida de uma sociedade (FEIJÓ, 2007; SOUZA, 2012).

Como explica Feijó (2007), o desenvolvimento pressupõe, políticas públicas e ações privadas que acrescentem os benefícios do crescimento à um número maior de indivíduos. Desenvolvimento não acarretando somente o objetivo econômico, poderá ser algo mais amplo e melhor, poderá ser uma palavra para exprimir um conceito correlato ao de progresso. A noção mais ampla de desenvolvimento pode ser entendida como desenvolvimento humano, do qual o desenvolvimento econômico seria apenas uma parte do conjunto (BRESSER-PEREIRA, 2006 p.4). Furtado (2004 p.2) sintetiza a interação entre o crescimento e o desenvolvimento da seguinte maneira:

O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento.

Levar em conta a qualidade de vida da sociedade com a inserção de educação, saúde e qualificação profissional vai representar condições para o desenvolvimento. Segundo Sen (2000), a qualidade de vida da sociedade não deve ser vista apenas como um conjunto de bens, de confortos e serviços obtidos por um indivíduo. Diferente disso, deve ser vista pelas oportunidades que o indivíduo tem para tornar-se quem ele se dispõe a ser. É a possibilidade de realização de utopias pessoais, ou seja, é acreditar o desenvolvimento como liberdade (FEIJÓ, 2007; HERCULANO, 2000; SOUZA, 2012)

“O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos” (SEN, 2000 p.29). Desenvolvimento com liberdade é um conceito, que previamente explorado, assegura mercados, investimentos à pesquisa, etc.; levando, conseqüentemente, ao crescimento econômico e ao desenvolvimento pessoal. Nesse sentido, a ideia de Sen é que o desenvolvimento com liberdade não leve somente à uma vida com mais riquezas, mas sim à seres humanos mais completos, na medida em que estes interajam e influenciem com o mundo onde vivem. Colocar a ideia de liberdade como assunto central é o que faz os fins e meios do desenvolvimento se fortalecerem (FEIJÓ, 2007; SEN, 2000).

Outro aspecto que vem implicando em mudanças da noção de desenvolvimento diz respeito às questões ambientais. Estas emergem, na teoria, com os primeiros grandes acidentes ambientais provocados pela estrutura produtiva mundial, mas também com a constatação dos efeitos dos

problemas ambientais sobre a saúde humana. Documentos como o livro “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, como o Relatório *Meadows* e como o relatório *Brundtland* estão no conjunto de informações que ampliam o entendimento humano acerca do meio ambiente natural e suas relações com a qualidade de vida da sociedade (HOFF, 2008). Esta nova noção de desenvolvimento foi denominada como Desenvolvimento Sustentável e vem sendo a discussão guia dentro da Organização das Nações Unidas (via ações do PNUD³), no que diz respeito às iniciativas para o desenvolvimento.

Segundo Sachs (1993) com a evolução desse conceito entram em cena cinco pilares para o desenvolvimento sustentável: social, econômico, ecológico, espacial e cultural. Nesse entendimento o pilar social, diz respeito a uma sociedade onde haja equidade da distribuição de renda e bens, diminuindo a distância econômica das classes sociais. O pilar econômico refere-se à eficiência do sistema, com a alocação de recursos ou com a gestão. O pilar ecológico refere-se em como pode ser construído um sistema produtivo que contribua para a preservação do meio ambiente, ao mesmo tempo que atenda às necessidades de sobrevivência humana. O pilar espacial está ligado ao equilíbrio da ocupação rural e urbana, o que leva a uma melhor distribuição territorial. E, por fim, o pilar cultural que diz respeito ao modo de agir e pensar do indivíduo, de forma que desperte a consciência ambiental (OLIVEIRA, 2002; SACHS, 1993).

Nessa lógica, observa-se a relevância do esclarecimento da distinção entre as noções de desenvolvimento. A sociedade deve organizar-se para transformar o estímulo do crescimento em algo maior e mais complexo. A necessidade da justiça social não deve favorecer somente algumas regiões ou grupos sociais. Distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade, lazer, dentre outras variáveis que podem atingir o desenvolvimento da sociedade, devem ser levados em conta. Por outro lado, a percepção de evolução depende da possibilidade de se comparar o desempenho em momentos diferentes do tempo. Isso implica na necessidade de estabelecimento de indicadores de medida (OLIVEIRA, 2002; HERCULANO, 2000). Nessa ótica, a próxima seção foi estabelecida no intuito de abordar alguns aspectos sobre os indicadores de desenvolvimento.

³Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - “Promove uma abordagem integrada para alcançar um desenvolvimento sustentável que aborda as questões conexas de pobreza, desigualdade e exclusão multidimensionais de sustentabilidade,” (PNUD, 2017).

2.3 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Tão complexo quanto estabelecer um conceito para o desenvolvimento é estabelecer uma forma para mensurá-lo. Os indicadores econômicos representam dados e informações que sinalizam ou apontam o comportamento de diversas variáveis do sistema econômico de um país, região ou estado, individual ou de um determinado grupo social. Essa ação leva a uma melhor compreensão do presente e mapeamento das tendências de curto prazo para a economia, além de auxiliar nas tomadas de decisões estratégicas de agentes públicos e privados (LOURENÇO; ROMERO, 2007; OLIVEIRA; LAGES; DANTAS, 2015). De acordo com Ferreira, Cassiolato e Gonzales (2009, p.24):

O indicador é uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado.

O objetivo dos indicadores é, portanto, de “conhecer a realidade econômica, social, ambiental, etc. de uma sociedade, monitorar o seu desenvolvimento e subsidiar os gestores públicos e privados em suas administrações”, sendo, assim, uma importante ferramenta de avaliar os avanços e retrocessos em determinados aspectos da sociedade (SOUZA; SPINOLA, 2017 p.80). Para sua validação, é importante que o indicador selecionado para a análise preencha alguns requisitos importantes: “validade e confiabilidade (pertinência e adequação para aferir o desempenho); mensurabilidade (passível de aferição periódica); e economicidade (obtido a um custo razoável)” (FERREIRA; CASSIOLATO; GONZALES, 2009 p.24).

Para uma compreensão histórica, agregado à evolução do pensamento econômico e da sociedade aparece, em 1936 através da publicação da Teoria Geral de Keynes, os alicerces da escola keynesiana, e assim, como já mencionado acima, o sistema de contas nacionais. Esse sistema passa a ser visto como o instrumento de análise quantitativa da economia, capaz de medir a renda nacional elaborando previsões e modelos de planejamento sob o comportamento. Nesse sentido, um dos primeiros índices a ser utilizado mundialmente foi o do Produto Interno Bruto – PIB, servindo como base para obtenção da soma de grandes agregados macroeconômicos, como o produto e a renda (SMOLIAK; MAYBUK, 2011).

Também era utilizado, com os mesmos fins do PIB, o índice de GINI, que é uma medida utilizada para estimar o grau de desigualdade existente entre os indivíduos de determinado grupo. O mensurador de GINI foi desenvolvido no ano de 1912, por Corrado Gini e publicado no documento *Variabilità e mutabilità*. Durante muito tempo esses indicadores, baseados na renda e no produto da economia, eram dados como suficientes para analisar o desempenho do desenvolvimento (JUNIOR, 2010; SMOLIAK; MAYBUK, 2011).

Contudo, com o crescimento de problemas sociais, culturais e políticos percebe-se a necessidade de desenvolver indicadores que abrangesse de forma mais complexa todos esses fenômenos. Dessa maneira, nos anos de 1990, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) aceita o caráter restritivo desses indicadores como medida de desenvolvimento, começam os esforços para o estabelecimento de uma forma de medição mais ‘humana’. É desenvolvido, assim, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que sintetiza os indicadores de expectativa de vida, taxa de alfabetização, anos de escolaridade e PIB *per capita*. Pode-se dizer que o IDH é um indicador de desenvolvimento que amplia a ideia de crescimento, contemplando a condição de vida da sociedade (HERCULANO, 2000; KIELENG, 2014; LOURENÇO; ROMERO, 2007; SIEDENBERG, 2003).

Após a adesão do IDH como explica Siedenberg (2003, p.49) “surgiram diferentes propostas e sugestões para qualificar os indicadores de desenvolvimento, bem como foram suscitados estudos paralelos para dimensões locais, regionais e nacionais”. Nessa perspectiva nas últimas décadas, através da revisão da economia, começa-se a discutir um enfoque não exclusivamente econômico ou social, mas multidimensional da sociedade. Dimensões como meio ambiente, cultura, relações profissionais e pessoais, e outros fatores que garantam a qualidade de vida de uma forma mais ampla, começam a ser trabalhados, como foi proposto pelo índice da Felicidade Interna Bruta – FIB. Esse índice começa a ser construído em 1972, em Butão (país que desenvolve o indicador, localizado na Ásia), e com o apoio do PNUD coloca-se em prática de forma mais ampla no mundo. Na sua construção leva-se em conta nove dimensões de mensuração, sendo: o bem-estar psicológico, a saúde, o uso do tempo, a vitalidade comunitária, a educação, a cultura, o meio ambiente, o governo e padrão de vida, como a dimensão econômica (SMOLIAK; MAYBUK, 2011).

Porém, apesar de suas falhas, o PIB, não perdeu completamente sua relevância como um indicador de desenvolvimento. Ainda detém o papel de indicador-chave por ter uma função básica

para os tomadores de decisão. Por exemplo, quando se quer analisar tendências de consumo agregado em uma economia, um indicador de PIB *per capita* ainda é o mais apropriado (SIEDENBERG, 2003).

Dessa maneira, como explica Siedenberg (2003 p.53), “a questão essencial não está relacionada ao fato de como mensurar algo, mas sobretudo, se aquilo que está sendo mensurado realmente expressa aspectos relevantes do processo de desenvolvimento que está sendo analisado”. Ou seja, somente será considerado como um bom indicador a variável (econômica ou social) que representar alguma relevância para a concepção de desenvolvimento que está orientando o estudo.

3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DAS CINCO MAIORES POTÊNCIAS MUNDIAIS E A DO BRASIL

Compreender as mudanças que levaram ao desenvolvimento das nações, requer uma retrospectiva histórica dos países. É importante resgatar que este processo ocorre décadas após graves crises e períodos de guerras mundiais, os quais acarretaram a desestabilização do sistema capitalista e profundas mudanças na geopolítica mundial. Nesse cenário é visível a influência que a globalização exerce sob os países, seja na condução política ou nos resultados em termos de desenvolvimento econômico.

Esse capítulo tem como objetivo específico retratar as cinco maiores economias do mundo de acordo com o PIB em paridade do poder de compra do ano de 2015, sendo elas: China, Estados Unidos (EUA), Índia, Japão e Alemanha, mais a economia do Brasil⁴. Para cumprir com o objetivo proposto, em uma primeira subseção será feita uma análise da dinâmica financeira mundial, e o que ela condicionou, através da globalização, para o desenvolvimento econômico dos países. Na segunda subseção será relatado as principais características na trajetória econômica dos países, para então apresentar os dados da economia atual, verificando seu o crescimento através do PIB (PPC).

3.1 DINÂMICA FINANCEIRA MUNDIAL

Em uma breve análise histórica do sistema internacional deve-se, primeiramente, remeter-se ao mecanismo financeiro automático, conhecido como padrão ouro, que prevaleceu durante 1880 e 1914, mas que nunca funcionou na prática conforme o previsto pela teoria. Basicamente esse sistema determinou regras para a circulação monetária, nacional e internacionalmente, em que a emissão de divisas seria baseada na quantidade de ouro que o país possuísse, ou seja, deveria existir conversão nesse metal, que hipoteticamente levaria a um ajuste automático dos desequilíbrios existentes no balanço de pagamento (DAITHEIN, 2003; GONTIJO, 2014).

Com a I guerra mundial esse sistema chega ao fim. Além disso, no período entre a I e a II Guerra Mundial grandes conflitos econômicos ocorrem. Neste período, devido às flutuações cambiais e ao uso de políticas protecionistas, consolida-se um sistema monetário internacional instável e não cooperativo, cenário da crise de 1929. Conforme explica Eichengreen (2000) toda

⁴ Os dados são melhores representados no próximo capítulo desde trabalho.

essa desarticulação no período entre guerras sinalizou a necessidade de uma estruturação do padrão monetário internacional que fosse capaz de suportar as tensões entre os objetivos da política econômica, a mobilidade dos capitais, e o deslocamento do centro econômico mundial, que no momento passava da Inglaterra para os Estados Unidos.

Em 1944, a conferência de Bretton Woods⁵ estabeleceu instituições e normas que iriam gerir o sistema econômico mundial, diminuindo as tensões existentes e estimulando o comércio e o crescimento. As taxas fixas de câmbio e um mecanismo capaz de alterá-las, foram estabelecidas pelo sistema, além de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) - atual Banco Mundial. É importante citar também a criação ONU, no ano de 1945, criada com a finalidade de promover a cooperação internacional (DAITHEIN, 2003; GASPAR, 2015).

No entanto, com grandes instabilidades no sistema, o acordo Bretton Woods acabou completamente em 1973. Um dos principais problemas que levou ao seu término foi a taxa de câmbio fixo, a qual exige preços relativamente estáveis internamente. Nestas condições, a estabilidade monetária internacional dependia de economias nacionais estáveis, condição difícil de se estabelecer no período. O caos criado pela variação da taxa de câmbio acabou afetando diversos países no decorrer da década de 1980, na forma de crises econômicas (DAITHEIN, 2003).

Na maioria dos casos, a crise da década de 1980, decorreu do primeiro e segundo choque do Petróleo, ocorridos na década de 1970. O primeiro Choque, em 1973, estava ligado a fatores de natureza econômica. Em tempo que os maiores exportadores de petróleo percebiam que não havia uma fonte renovável do produto, começaram a considerar estar sofrendo uma grande perda de renda, oriunda da venda petrolífera a preços muito baixos. Com isso ocorrem modificações nas políticas de preço de comercialização da *commodity*. Nessa conjuntura os preços do barril de petróleo oscilaram ascendentemente conforme a inflação de cada país importador. O segundo choque, em 1979, se deu devido a diminuição de negociações dentre as empresas de petróleo. Estas estavam sendo obrigadas, para manter sua margem de lucro, e transmitir para os preços de venda a elevação dos tributos estabelecidos, sobre o longo do processo industrial, elevando ainda mais os preços. Esses choques acabaram desencadeando uma dramática mudança na economia mundial nos

⁵ Foi um encontro entre 45 países aliados onde foram firmados os acordos que guiariam a economia mundial após o fim da II Guerra Mundial.

anos de 1980, principalmente para aos países latino americanos que detinham de grande dívida externa. Para muitos, o período ficou marcado como década perdida da economia (SOUZA, 2006).

Em geral, é só a partir de 1990 que os países periféricos conseguem se inserir no sistema internacional. Esta inserção pode ser observada pela crescente participação destes países nos mercados financeiros mundiais. Importante destacar que, embora já houvessem logrado de crescimento econômico no período pré-crise do petróleo, este foi decorrente de políticas econômicas voltadas para dentro, inclusive com processos de industrialização por substituição de importações (ARAUJO; ARAUJO, 2010; SOUZA, 2006).

Dentro desse cenário de profundas mudanças, as últimas décadas do século XX foram caracterizadas pelo crescente da globalização, característica principal da nova ordem econômica global que tem como elemento central a mobilidade dos capitais (ARAUJO; ARAUJO, 2010).

Plihon (2007) destaca três dimensões da complexa globalização:

- 1 **A dimensão internacional:** que se refere a abertura da economia nacional às transações internacionais;
- 2 **A dimensão multinacional:** constituída pelo movimento internacional de capital, mais precisamente dos Investimentos Diretos do Estrangeiro (IED), pelas empresas multinacionais;
- 3 **A mundialização dos processos econômicos:** a qual reduz o papel das fronteiras, através de mercados integrados e empresas consideradas “atores globais”, capazes de ditar suas leis ao governo nacional. Essa chama-se dimensão global.

Estudiosos do fenômeno sinalizam que a globalização é decorrente de um processo histórico de abertura das economias para as relações internacionais. Acreditam, nessa ótica, que a globalização não é nova, mas sim, mais um estágio que o capitalismo está percorrendo, ou seja, é a continuidade de um processo que teve início já no século XV através da expansão ultramarina e do mercantilismo, ampliando o horizonte mundial. No entanto, foi com a revolução industrial, e sua bagagem de inovações tecnológicas, as responsáveis por trazer mais dinamismo e velocidade para o processo, durante os séculos XVIII e XIX. Essa renovação tecnológica e o desenvolvimento do capitalismo são, portanto, o que fez com que a globalização obtivesse grandes avanços até os dias atuais (SILVA; JUNIOR, 2016).

Contudo, ao longo da história mundial, mas principalmente dentro do sistema capitalista, as variações entre economias mais abertas ou mais fechadas serão constantes e entremeadas por crises

econômicas ou políticas, ou por ambas (HIRST; THOMPSON, 1998). Sua face mais recente vem acelerada pelas profundas mudanças que as tecnologias de informação e comunicação trouxeram para o sistema. Conforme Vieira (2013, p.69) a “globalização não deixa de ser a transformação do mundo numa visão cosmopolita, que cria uma enorme interdependência entre os Estados, organizações internacionais, empresas e indivíduos”.

Dessa forma, diante de vastas mudanças, a economia global foi se moldando ao formato que vivenciamos hoje. Vieira (2013, p.69) explica que hoje “a despeito de toda essa interconectividade e interdependência entre os Estados provocada pela globalização, não há um governo central no mundo”. Com essa ausência tem-se um novo molde para as relações e para o direito internacional, que passa a ser visto como uma “nova forma de governo” mundial.

Para entender onde os países selecionados se encaixam dentro dessa globalização capitalista e as diferenças encontradas na trajetória histórica de cada um, suas economias serão examinadas mais detalhadamente no próximo subtítulo.

3.2 TRAJETÓRIAS DO CRESCIMENTO

Sabe-se que os países, não necessariamente, vão possuir uma nação homogênea, bem como que não existe um modelo de desenvolvimento traçado que garanta seu sucesso, cada nação possui suas próprias características para a busca desse desenvolvimento. Nessa subseção será apresentado as economias de cada país, abrangendo aspectos como os tipos de políticas utilizadas, os principais produtos produzidos e em que momento da história ocorreu a industrialização e a abertura da economia.

3.2.1 China

A China encontra-se a mais de meio século sob o regime do Partido Comunista da China (PCC), e é considerado como o único país socialista com crescimento econômico acelerado na contemporaneidade. Mantêm-se em um governo único, centralizado e autoritário, sendo imposto por seus governantes controle absoluto de qualquer questão interna, censurando todos meios de comunicação e reprimindo manifestações ou formações de sindicatos (MARTINEZ; VIDAL, 2016).

No ápice do imperialismo originado pelas grandes potências europeias no século XIX, o país ficou submetido à interesses externos. Foi obrigado a ter seus portos abertos ao comércio europeu, e seu território foi dividido entre as potências estrangeiras (Inglaterra, Alemanha, Rússia e Japão). A reação contra essa dominação estrangeira, começou no início do século XX, depois de organizado um movimento nacionalista através do Partido Nacional (*Kuomintang*). Em 1912, um processo revolucionário resulta na queda da monarquia e estabelecimento da república (MARTINEZ; VIDAL, 2016).

Porém, o país mergulhou em uma guerra civil entre o governo nacionalista e o partido comunista, criado em 1921, a partir de ideias revolucionárias da Rússia. Os dois partidos se unem em 1937 para expulsar a dominação estrangeira do Japão, que havia declarado guerra à China e já havia conquistado dois terços do seu território. Com a derrota do Japão na II Guerra Mundial, os comunistas, liderados por Mao⁶ (1893-1976), tomam o poder chinês e instauram, em 1949, o regime comunista (MARTINEZ; VIDAL, 2016).

Foi um regime marcado “pela centralização dos recursos econômicos pelo governo, repressão do consumo, restrição da migração urbano-rural, extração intensa de excedente agrário através da coletivização de terras e a tesoura de preços entre produtos agrícolas e industriais” (LASAGNO, 2015, p. 28).

Durante alguns anos, a China manteve-se em um período de estabilização e forte esforço para impulsionar o crescimento econômico, baseando-se “na coletivização das terras e no processo de industrialização, seguindo o mesmo modelo de planificação econômica adotado pelos soviéticos” (MARTINEZ; VIDAL, 2016, p.143). O plano, conhecido como “O Grande Salto para a Frente (1957-1961)”, embora ambicioso, não alcançou as metas esperadas.

Após 1978, ocorreram três movimentos que caracterizam a indústria chinesa: primeiro, entre 1980-1983, a expansão do setor primário, estabelecendo uma base para a produção industrial; o segundo, entre 1983-1988, caracteriza-se pela expansão da indústria leve; no terceiro período, esse mercado de bens de consumo possibilita a formação de um mercado industrial de bens de capital, após 1988, gerando dinamismo para a industrialização (BALDRAIA, 2016).

No setor agrícola, se estabeleceu um sistema de longo prazo entre o Estado e o produtor, neste o Estado forneceria a terra e o produtor agrícola pagava-a com parcelas da produção, as quais

⁶ Líder comunista Chinês (1949-1976) conhecido por duas maneiras: Mao Zedong ou por Mao Tsé-Tung.

diminuiriam com o tempo. Esse sistema elevou consideravelmente o produto rural, provocando aumento da produção de alimentos, emprego e renda no campo (ARAUJO; ARAUJO, 2010).

Essas reformas, chamadas de “quatro modernizações”, foram postas em prática pelo então governante Deng Xiaoping (1904-1997), que assumiu o poder após a morte de Mao. De forma geral, foram priorizados, no período, os investimentos da agricultura, indústria, defesa, ciência e tecnologia (BALDRAIA, 2016). Foi também elaborado um programa que incentivasse as exportações e que protegesse o mercado interno. Nesse intuito foram concebidas as Zonas Econômicas Especiais (ZEE), que estariam abertas ao capital estrangeiro, com o objetivo voltado à produção de bens para exportação, e eram beneficiados com incentivos fiscais, liberdade cambial e logística, autonomia para administrar e financiamento do Estado (ARAUJO; ARAUJO, 2010; BALDRAIA, 2016).

Aproveitando as condições externas e as oportunidades da globalização, a economia chinesa, através da abertura econômica, começou a liderar o destino dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) mundiais nos anos 1990. Estes se materializaram na forma de novas instalações de empresas relacionadas à indústria de transformação. A contribuição do IED para a economia chinesa é notável, proporcionando um diferencial em relação a outros países, com o fortalecimento das empresas privadas e as estrangeiras autorizadas a atuar dentro do país (ARAUJO; ARAUJO, 2010).

Nos anos 2000, iniciou-se uma nova fase da abertura econômica chinesa, com a entrada do país à Organização Mundial do Comércio (OMC)⁷, essa adesão permitiu que o país participasse e interagisse de forma mais ativa com a economia mundial (ARAUJO; ARAUJO, 2010). Nesse cenário, a presença constante do Estado, por meio de uma política de promoção industrial ativa, conduzindo de forma independente as políticas macroeconômicas, foi crucial para o desenvolvimento chinês. É possível afirmar que as reformas introduzidas a partir de 1978 definiram uma trajetória de desenvolvimento do país, firmando uma infraestrutura necessária e operando em áreas relevantes da economia, preparando o país para um crescimento à longo prazo (PERES; ARAUJO, 2011). Por outro lado, a maior parte da população chinesa não conseguiu usufruir dos benefícios que o desenvolvimento econômico trouxe. Assim, o país enfrenta grandes disparidades entre a renda da população e a qualidade de vida urbana e rural (BALDRAIA, 2016).

⁷ Órgão que visa promover e regular o comércio internacional.

3.2.2 Estados Unidos

Os Estados Unidos da América ocupam uma posição central no sistema de globalização contemporâneo, seja na área econômica, política ou considerando-se questões geográficas (TEIXEIRA, 1999).

Ao longo do século XVIII seu território foi dividido em Treze Colônias, colonizado por britânicos, franceses e espanhóis. Porém, foram os britânicos os maiores influenciadores da formação econômica e social do país. Enquanto colônia britânica, houve grande entrada de imigrantes, principalmente no Norte americano, os quais fixaram na faixa litorânea leste dos Estados Unidos. Nessa região era desenvolvida uma agricultura diversificada nas pequenas propriedades (a chamada policultura) predominando o trabalho familiar. As grandes cidades, como Nova York e Boston, iniciavam um rápido crescimento com a adoção da atividade manufatureira, e trabalho assalariado. Isso permitiu a estruturação de um mercado interno, criando condições para a expansão das manufaturas, casas de comércio e bancos (MOREIRA; SENE, 2016).

Nas colônias do Sul norte-americano imperava a colonização de exploração. Esta se estruturava em camadas sociais muito hierarquizadas e exploração da mão-de-obra escrava. Sua economia era baseada nas *plantations*⁸, principalmente pelo cultivo de algodão para exportação. A riqueza se concentrava entre os grandes fazendeiros e os comerciantes britânicos, limitando o mercado interno dessa região americana (MOREIRA; SENE, 2016).

Com o tempo começou-se a desenvolver um interesse próprio dos setores da sociedade e os capitalistas, resultando em conflitos entre a colônia e a metrópole. Esses conflitos resultaram na independência política e, sendo declarada em 1776, a independência do Estado norte-americano. A partir disso é adotada uma política expansionista, ampliando a área territorial do país em direção ao oeste, assegurando um aumento da unidade territorial (BALDRAIA, 2016; MARTINEZ; VIDAL, 2016).

Contudo, embora a unificação territorial, a rivalidade interna dos entre o Norte e o Sul aumentava, principalmente após Abraham Lincoln⁹ (1809-1865) declarar uma política antiescravagista, o que prejudicaria os interesses dos sulistas. Esses, descontentes, buscaram a

⁸ *Plantations*: grandes propriedades monocultoras.

⁹ Governante Republicano dos Estados Unidos entre 1861 – 1865.

separação do resto do país, porém levaram os estados do Norte a reagirem, o que desencadeou uma guerra civil, chamada Guerra da Secessão (MARTINEZ; VIDAL, 2016).

A vitória burguesa nortista na Guerra de Secessão foi fundamental para o crescimento da economia norte-americana. Combinada com o fim da escravidão, que disseminou a classe assalariada, fez com que o mercado interno se expandisse rapidamente, dando condições para uma sociedade de consumo. Além disso, de acordo com Martinez e Vidal (2016) o avanço econômico dependeu principalmente de dois fatores:

- a. A força empreendedora dos primeiros imigrantes, pautada no trabalho e acumulação de riquezas e as condições naturais do seu território – principalmente as jazidas de minérios próximas aos Grandes Lagos e nordeste do país, e os minérios de carvão da região dos montes Apalaches. A exploração desses setores impulsionou a indústria, desenvolvendo as grandes siderúrgicas e metalúrgicas.
- b. A descoberta de petróleo próximo aos Grandes Lagos e no Golfo do México, na segunda metade do século XIX, acelera ainda mais a atividade industrial americana, principalmente dos setores petroquímicos e de transportes.

Dessa maneira, os Estados Unidos chegam ao século XX como uma das maiores potências econômicas globais. Sua estrutura produtiva acomodava grandes empresas, fazendo com que o país possuísse, estrategicamente, o monopólio dos setores ferroviários, automobilísticos, de aço e de petróleo (MARTINEZ; VIDAL, 2016).

Com a I Guerra Mundial os países europeus passaram a importar produtos industrializados dos Estados Unidos, impulsionando ainda mais a indústria. Há, assim, uma nova expansão logo no período pós I Guerra Mundial, dobrando a produção industrial em diversos gêneros¹⁰, gerando um aumento do comércio e dos salários. No entanto, a crise de 1929 interrompeu o *boom* econômico dos Estados Unidos, que até então mantinha-se estável, gerando no país a crise mais grave de sua história (SILVA; JUNIOR, 2016).

Após o período mais crítico da crise, o país se reergue em um novo modelo econômico, baseados em teorias keynesianas. O conjunto de mudanças permite que após a II Guerra Mundial, criem-se condições capazes de determinar os Estados Unidos como polo hegemônico da economia

¹⁰ O mercado consumidor se diversificava, com rádios, refrigerantes, motocicletas, etc. Além disso a indústria cinematográfica norte-americana passa a aparecer fortemente na sociedade, mostrando um crescimento espetacular (SILVA; JUNIOR, 2016).

capitalista global. O país detinha capacidade econômica, política e militar para determinar a ordem a seu comando. Sua estratégia seguiria três linhas: i) procurar acordos e uma boa relação com a União Soviética; ii) determinar restrições militares, políticas e econômicas para os países derrotados na guerra; e iii) livre-comércio entre os países (TEIXEIRA, 1999).

Pode-se dizer que a ascensão econômica dos Estados Unidos tornou-se ainda mais concreta após os acontecimentos históricos da Guerra Civil Americana, I e II Guerras Mundiais. No decorrer das três guerras o país foi superando os obstáculos e concretizando seu destino. Na primeira guerra, a Guerra Civil, foram resolvidos os problemas de poder interno, definindo-se o modelo de capitalismo a ser adotado. Por consequência, marca o surgimento da maior potência industrial do mundo contemporâneo. Na segunda, a I Guerra Mundial, modificou seu papel na economia internacional, tornando-o o centro cíclico principal de praticamente toda a atividade econômica mundial. E na II Guerra Mundial, constrói a ordem mundial, sob sua soberania (TEIXEIRA, 1999).

Porém, durante a segunda metade da década de 1940, através dessa visão, com esses movimentos internacionais, e as regras estabelecidas pelo acordo de Bretton Woods não confirmaram a visão de Roosevelt¹¹. Com a Guerra Fria¹² os governantes mudam a estratégia política dos Estados Unidos, revisando os incentivos destinados aos países destruídos na Guerra (principalmente Alemanha e Japão) e a integração europeia, permitindo a desvalorização de moedas europeias e japonesas e aceitando dar prioridade ao comércio intra-europeu. Portanto, a consolidação da hegemonia americana, no período, se dá devido a estruturação de sua institucionalidade e um padrão monetário internacional que reflete a superioridade americana frente ao mundo (TEIXEIRA, 1999).

Com a ruptura do sistema de Bretton Woods muda-se o padrão, os primeiros anos da década de 1970 foram marcados pelo dólar desvalorizado, a fim de minimizar a pressão inflacionária decorrente da crise cambial. Em 1978 o país decidiu reverter suas políticas econômicas, revalorizando o dólar e adotando um plano militar com programas altamente tecnológicos para o armamento. O primeiro movimento fez com que as outras economias capitalistas realizassem um ajuste forçado, se submetendo à economia americana. A consequência foi a instabilidade no

¹¹ Franklin Delano Roosevelt foi presidente dos EUA entre 1933-1945.

¹² Guerra Fria é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética.

balanço de pagamento de praticamente todos os países, desencadeando a crise da década de 1980 (TEIXEIRA, 1999).

A recuperação da economia dos Estados Unidos se deu a partir da segunda metade dos anos 1980. No entanto, restam aos demais países os efeitos da crise norte americana, os quais podem ser resumidos em um quadro de grandes instabilidades para a economia mundial durante o período (TEIXEIRA, 1999).

Durante os anos 2000-2007 o país apresentou um crescimento econômico satisfatório a partir das políticas utilizadas, porém, já no final de 2007, a economia americana entrou em uma recessão. Bresser-Pereira (2009, p.133) explica que “a causa direta da crise foi a concessão de empréstimos hipotecários de forma irresponsável, para credores que não tinham capacidade de pagar ou que não a teriam a partir do momento em que a taxa de juros começasse a subir”.

Essa não foi uma crise do balanço de pagamentos, como a dos anos 1980, em razão do crescimento através da poupança externa. Foi uma crise bancária, que gerou profunda desconfiança dos agentes econômicos que param de gastar. Por sua vez, esse racionamento de crédito sob a demanda agregada tem como efeito cessar o crescimento econômico levando a recessão da economia norte-americana (FERRAZ, 2013).

Contudo, todos os avanços alcançados pelos Estados Unidos, durante o século XX, tanto científicos como tecnológicos, estenderam-se também para o meio rural. Esse processo desencadeou uma grande modernização agrária, que se caracteriza pelo uso de maquinário, implementos e insumos agrícolas e pelo avanço das técnicas como irrigação, melhoramento genético, etc. Toda essa mudança e o apoio governamental levou ao aumento da produtividade e da rentabilidade das terras, levando o país norte-americano a ser hoje o maior produtor agrícola mundial (MARTINEZ; VIDAL, 2016).

Dessa forma, os Estados Unidos, é considerado uma grande potência econômica atualmente, porém, ao longo desse período a densidade demográfica de sua nação foi se formando por diferentes povos e com muita discriminação, resultando na desigualdade e problemas sociais que enfrentam hoje (SILVA; JUNIOR, 2016).

3.2.3 Índia

A Índia é considerada como um dos países emergentes mais importantes dos dias atuais. Reflexo de seu imenso mercado consumidor, sendo o segundo mais populoso do planeta (atrás apenas da China), e detentor de uma das economias que mais cresce no mundo (MOREIRA; SENE, 2016).

Enquanto colônia do antigo Império Britânico¹³ o país estava limitado a submeter parte de seus produtos aos interesses ingleses, e parte a outras potências europeias que se instalaram comercialmente no seu litoral. Sua independência foi conquistada apenas em 1947, depois da forte e longa campanha comandada por Mahatma Gandhi (1869-1948). A independência contra o colonialismo britânico ocorreu de modo pacífico, através de um movimento pela não violência – para isso Gandhi e seus seguidores utilizaram a desobediência civil e boicotaram os produtos ingleses (MARTINEZ; VIDAL, 2016).

Em seguida à independência, o governo desenvolveu a economia por meio de políticas de industrialização. Como explicou Martinez e Vidal (2016 p.146) “grandes investimentos estatais foram direcionados para setores considerados estratégicos para o desenvolvimento da atividade industrial (mineradoras, siderúrgicas, metalúrgicas, químicas e de armamentos)”. O país dispunha de significativas jazidas minerais, o que ajudou na forte expansão da demanda do parque industrial, especialmente nas indústrias de base.

A Índia conta com uma grande diversidade na produção agrícola, sendo considerada uma potência na área. Além do cultivo de jardinagem, que se destaca em todo o mundo, é forte produtora de “arroz, feijão, trigo, milho, algodão, chá, tabaco, e diversas frutas, como laranja, limão, banana e mamão. Nas áreas de *plantation* surge ainda a cana-de-açúcar e a produção de borracha”. Detém, também, “o maior rebanho bovino do mundo, mas ressalta-se que, por crenças religiosas, sua população não se alimenta desse tipo de carne; logo, o gado não é abatido”. Sua grande produção de carne é ligada ao rebanho dos búfalos asiáticos (SILVA; JUNIOR, 2016 p.152).

Adota estratégias intervencionistas, com um considerável aparato burocrático, e tem-se a inserção de um plano de desenvolvimento “voltado para dentro”. Neste, a economia indiana é marcada por uma política externa mais autônoma, sem uma grande interação econômica e

¹³ O país torna-se colônia Britânica em meados do século XX. Até então, durante os séculos XV a XVII, a Índia era uma importante rota de comércio entre o país e a Europa (BALDRAIA, 2016).

comercial internacionalmente. Isso se justificava pela desconfiança que o país ainda possuía, acerca da exploração econômica, conforme foi vivenciado nos outros momentos de sua história (CARDOZO; LACERDA, 2012).

A presença de um Estado desenvolvimentista instituiu mecanismos de proteção da indústria nacional, por meio de barreiras tarifárias em âmbito comercial, linhas de créditos especiais e bancos públicos, como a natureza financeira, e utilizando instrumentos para subsídios e incentivos fiscais. O forte fechamento econômico, por um longo período de tempo, desencadeou a falta de competitividade de produção frente ao mercado internacional, conseqüentemente, a dificuldade em exportação, pressionando o balanço de pagamentos com modestas taxas de crescimento (PERES; ARAUJO, 2011).

Com o quadro de relativa estagnação econômica, e na investida de superação de tais problemas, na década de 1980, o governo busca ajuda ao FIM. Em troca de seu apoio, a política indiana é forçada a desencadear uma série de ajustes econômicos estruturais. Foram estabelecidas as primeiras políticas de abertura comercial, diminuindo seu controle econômico sob diversas empresas estatais e eliminando as restrições alfandegárias, de modo que facilitasse e incentivasse o ingresso de capital exterior (PERES; ARAUJO, 2011; MARTINEZ; VIDAL, 2016).

Entretanto, foi na década de 1990 que o processo de liberação econômica indiana se aprofundou, impulsionado pela crise cambial (que se revela uma janela de oportunidade para a Índia). Abriu-se espaço para efetivar um vasto programa de reformas e mudanças na política macroeconômica, contudo, sem abandonar todos os antigos pilares do desenvolvimento (PERES; ARAUJO, 2011).

Suas estratégias foram consideradas bem-sucedidas, de modo que o país conseguiu combinar o aumento das taxas de crescimento sem sofrer uma pressão inflacionária, além de uma estabilidade externa relativa. Outro aspecto relevante é o aumento dos fluxos em IED após 1990, embora que se comparado com os outros países ainda seja baixa. Para isso como explica Peres e Araújo (2001, p.81-82) “contribuiu o afrouxamento de regulamentações relativas aos fluxos de capitais de longo prazo, incluindo os limites de propriedade acionária no IED e os limites para captação de empréstimo externo pelas firmas domésticas”. Assim, o sistema de controle de capital da Índia passa a ser considerado pelo FMI como altamente efetivo.

Nos últimos anos a Índia vem aparecendo como um importante centro, no que tange as inovações tecnológicas. O alto número de profissionais qualificados (é da Índia que saem a maior

parte de engenheiros do mundo, por exemplo), a alta competitividade que adquiriu, com relativamente baixas remunerações aos profissionais, somadas aos investimentos à pesquisa colocam a Índia nessa posição (SILVA; JUNIOR, 2016; MARTINEZ; VIDAL, 2016).

Apesar disso, todo o desenvolvimento alcançado na economia indiana, referem-se não só as reformas liberais iniciadas na década de 1980, mas a um conjunto amplo de políticas, envolvendo a indústria, o comércio, a infraestrutura, a educação, a tecnologia, etc., e, também, por decisões que são cruciais para o desempenho ao longo prazo, tanto econômico como social. Sendo que no desenvolvimento social ainda há muitos desafios a serem superados, como, por exemplo, a desigualdade de renda e as disparidades sociais (MARTINEZ; VIDAL, 2016).

3.2.4 Japão

Assim como os outros países já citados, o Japão também apresenta uma história com diversas mudanças políticas e econômicas. De quase colonizado pelos Estados Unidos, em meados do século XX, transformou-se em uma potência imperialista, até os resultados da II Guerra Mundial, onde recebeu em seu território o lançamento de bombas atômicas. A partir de então investiu em seu desenvolvimento, transformando-se hoje em uma grande potência econômica (SILVA; JUNIOR, 2016).

O Japão possui a característica de uma civilização milenar. Foi por volta do século IV que se instituiu o primeiro governo centralizado japonês e unificou-se os então reinos autossuficientes. Contudo os conflitos existentes entre os reinos não terminaram. E desse modo, é instaurado, a partir do século XII o sistema de xogunato, esse sistema era em gênero um “feudalismo japonês”. O poder foi dividido em diversos núcleos, e cada um desses núcleos comandado por um xogum, líder político e militar. E havia um imperador vinculado apenas ao comando espiritual, sem qualquer interferência política, ou seja, os xoguns eram subordinados ao imperador, porém quem determinava de fato as ações eram os próprios patriarcas (SILVA; JUNIOR, 2016; TERRA; ARAUJO; GUIMARÃES, 2016).

Esse período foi marcado por isolamento total do Japão ao resto do mundo, perdurando até o século XIX. O alto descontentamento da população com o governo, levou os camponeses, os samurais e uma pequena classe liberal a unir-se até conseguir derrubar o xogunato. Dava-se início

a era da Dinastia Meiji. O jovem imperador Mutsuhito (1852-1912) recebeu o poder absoluto e supremo do Japão, iniciando uma transformação revolucionária no país (SILVA; JUNIOR, 2016).

Como explica Silva e Junior (2016, p.143) criou-se “um sistema de ensino com ênfase na educação (...) A industrialização tomou conta do país em inúmeras regiões e o Japão aderiu o capitalismo nos moldes da cultura asiática, pautado na disciplina e respeito máximo às hierarquias”. É introduzido um moderno sistema financeiro, que foi inspirado em modelos europeus, e há a modernização dos meios de transporte.

Com o início da I Guerra Mundial, o país conquistou importantes mercados europeus que se encontravam debilitados com o conflito. Isso fortaleceu suas indústrias e bancos. Ao fim da Guerra, com a quebra da bolsa de Nova York em 1929 e das companhias militares da China, seus produtos já não encontram o mesmo mercado, o que impactou de forma negativa a economia japonesa. Assim, com a suspensão da venda americana de matérias primas ao Japão, uma década depois, os japoneses declaram guerra aos Estados Unidos, mais precisamente em 1941 (TERRA; ARAUJO; GUIMARÃES, 2016).

O fim da II Guerra mundial, em 1945, foi particularmente trágico para os japoneses. Três fatos resumem a grande crise vivida pelo país após o período de conflito: i) o ataque bombástico dos Estados Unidos que destruiu as cidades de Hiroshima e Nagasaki; ii) a ocupação estadunidense do território japonês; e iii) a falta de controle de suas atividades econômicas (TERRA; ARAUJO; GUIMARÃES, 2016).

Para retomar o desenvolvimento, o Japão adotou a monarquia parlamentarista como forma de governo, baseando-se em um modelo inglês de supremacia do parlamento, onde o primeiro ministro exerce o Poder Executivo. Sua economia, na época, encontrava-se devastada, e com uma infraestrutura industrial destruída (ESPÍNDOLA; VERGARA, 200-; CARVALHO, 2012)

Nessas circunstâncias, junto aos termos de renúncia à Guerra, o país foi forçado a aceitar assistência dos Estados Unidos. Os norte-americanos precisavam de territórios para alocar suas forças militares, a fim de deter um eventual avanço comunista nos países da Ásia, o que é propiciado pelos japoneses (TERRA; ARAUJO; GUIMARÃES, 2016).

No início da década de 1950 o nível de vida estabelecido no Japão já se encontrava bem melhor, havia uma estabilização da indústria e a economia estava em crescimento. Em 1951, por meio do Tratado de Paz de São Francisco, o Japão retomou sua soberania, mas continuou aliado aos Estados Unidos através do Acordo de Segurança Mútua Japão-EUA. Nesse alinhamento dos

países, o Japão tornou-se um fornecedor ativo de apoio lógico para os Estados Unidos, que voltou seus investimentos para o Japão, tornando-o seu maior apoiador. Esses investimentos norte-americanos acabaram impactando fortemente para reconstrução da indústria japonesa (JUNIOR, 2008; ESPÍNDOLA; VERGARA, 200-; JUNIOR, 2008).

Com a guerra da Coreia (1950-1953), cujos suprimentos originaram-se das indústrias japonesas, acelera-se ainda mais a recuperação de sua economia (indústrias essas classificadas como motor para seu crescimento futuro). Outro ponto chave para sua reconstrução relaciona-se a sua forte cultura, baseada em corporativismo e patriarcalismo oriental, aumentando o comprometimento de toda sua população com a nação, mesmo diante das péssimas condições do pós-guerra (ESPÍNDOLA; VERGARA, 200-).

Carvalho (2012, p.184) coloca que, ao longo dos anos de 1960 o Japão “manteve fortes investimentos públicos, nomeadamente em indústria pesada, centrais elétricas, maquinaria, complexos químicos, refinarias de petróleo nas quais a capacidade de expansão econômica pudesse gerar riqueza para o país”. Investiram na qualidade de seus produtos, através de novas tecnologias e eliminando o desperdício no processo industrial, o que permitiu que os produtos fabricados no Japão ultrapassassem a qualidade dos produtos americanos, alavancando suas exportações.

Em meados da década de 1980 o país tem sua afirmação de poder econômico mundial. A economia japonesa supera os Estados Unidos como fornecedor em Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)¹⁴, além de ser, no período, a principal fonte de capital e tecnologia para os países em desenvolvimento (CARVALHO, 2012).

Porém, mesmo com a afirmação econômica do começo da década de 1980, o Japão, entra na década de 1990 com uma alta na taxa de juros que desencadeou a queda das ações e dos imóveis. Nesse cenário há uma perda de riqueza da população, levando à diminuição do consumo e dos investimentos, gerando na economia uma estagnação. As medidas tomadas pelos governantes não foram suficientes para a retomada do crescimento nos anos seguintes, adentrando o século XXI em alta recessão (CARVALHO, 2012; ESTIDES, 2010; TERRA; ARAUJO; GUIMARÃES, 2016).

Uma revitalização da economia do Japão era fundamental. Para tanto, em 2001 é aprovado pelo governo Koizumi¹⁵ uma reforma estrutural, que proclamou a necessidade da criação de uma

¹⁴ APD – “é a medição e avaliação do contributo que os países mais desenvolvidos dão para apoiar os esforços dos países em desenvolvimento na melhoria das suas condições económicas e sociais” (FERREIRA, 2014 p.2).

¹⁵ Primeiro Ministro do Japão no período de 2001 a 2006.

nova sociedade japonesa, encorajando o esforço individual da população. Em sua visão as reformas apresentam-se em quatro pilares: resolução do problema da dívida; reforma estrutural; processo mais transparente sobre a política econômica; e uma política econômica e fiscal de médio e longo prazo. Koizumi fortaleceu politicamente, militarmente e economicamente o Japão, que reassumiu seu papel de líder regional asiático voltando a crescer e desenvolver socialmente (CARVALHO, 2012).

3.2.5 Alemanha

A Alemanha unificou-se como um país ao final do século XIX, através de uma confederação, com 39 entidades políticas. Essa união constituiu bases para uma cooperação comercial entre os estados membros, o que impulsionou a formação de diversos centros industriais. Com a modernização instalada no campo, a população urbana cresceu rapidamente, disponibilizando a mão de obra exigida para a industrialização (BALDRAIA, 2016).

Otto Von Bismarck (1815-1898), ao tomar o poder, instalou uma política ditatorial de forte protecionismo comercial, dando condições para o aumento do capital interno e da indústria nacional. Essas escolhas fizeram com que a economia e a indústria alemã dessem um salto, principalmente em setores como química, eletroeletrônica e máquinas e equipamentos (BALDRAIA, 2016).

O país entrou na I Guerra Mundial, lutando as disputas imperialistas da Europa junto com a Itália e a Áustria-Hungria (Tríplice aliança) contra a Grã-Bretanha, França e Rússia (Tríplice Entente), porém, a guerra toma proporções mundiais em 1917. E em 1919, através do Tratado de Versalhes a Alemanha passa a ser considerada a única responsável pela explosão da guerra e foi obrigada a assumir todos os custos da destruição causada no conflito, o tratado também foi responsável pela criação da Liga das Nações, uma organização que iria defender a paz mundial (MARTINEZ; VIDAL, 2016).

O cenário europeu pós I Guerra Mundial já acenava um novo conflito adiante. Esse retrato derivava da “paz forçada” que foi estabelecida ao fim da guerra, a ascensão do socialismo soviético, a grande depressão de 1929 e ao grande nacionalismo do povo alemão, que aumentou com a I Guerra Mundial (MARTINEZ; VIDAL, 2016).

Em 1933, Adolf Hitler chega ao governo alemão. O líder nazista (extrema-direita), alimentava a ideia de disseminação dos objetivos e ideais nacionalistas, impedindo o avanço do socialismo em seu território, impôs censura aos meios de comunicação e saiu das ligas as Nações. Hitler arquitetou, então, novas alianças militares, iniciando uma vigorosa campanha militarista (MARTINEZ; VIDAL, 2016).

Em 1939 fizeram um ataque surpresa a Polônia, e um mês depois, França e Grã-Bretanha deram uma resposta a ocupação, declarando guerra à Alemanha. Durante os primeiros dois anos as disputas se limitavam, principalmente, em ataques alemães a países vizinhos da Europa. Entretanto, a partir de 1941 que o conflito tomou proporções mundiais, ano em que a Alemanha rompeu o acordo de não agressão aos soviéticos, invadindo os territórios daqueles países (MARTINEZ; VIDAL, 2016).

Ao fim da II Guerra Mundial, a Alemanha encontrava-se como uma das grandes derrotadas (juntamente com o Japão). Além da ocupação pelos vitoriosos, teve seu território dividido em quatro zonas, entre os aliados Estados Unidos, França, Inglaterra e União Soviética. Em 1949 seu território foi dividido em duas repúblicas: a parte Ocidental, para os americanos e britânicos, chamada de República Federal da Alemanha (RFA); e a parte Oriental, entre os soviéticos, chamada de República Democrática Alemã (RDA) (BALDRAIA, 2016; SILVA; JUNIOR, 2016).

A Alemanha Ocidental implementou uma economia de mercado, baseada na propriedade privada, livre iniciativa e na concorrência, através de uma democracia pluripartidária. Em 1948, iniciou-se uma reforma monetária, criando o marco alemão¹⁶, estabelecendo bases para a estabilidade da economia. Esta reforma teve o apoio do Banco Central germânico e teve como propósito principal o controle da inflação. Com esses elementos e devido a submissão alemã aos Estados Unidos, a recomposição econômica foi quase imediata (MARINHO, 2010).

A política econômica seguida no período foi o ordoliberalismo¹⁷, responsável pelo milagre econômico nas duas décadas pós II Guerra Mundial. No entanto, devido ao cenário alarmante de fome e pobreza, era necessário um estado que garantisse condições mínimas de subsistência à

¹⁶ Marco Alemão (DM) foi a moeda oficial na Alemanha durante 1949 e 2002.

¹⁷ Essa corrente buscava a criação de meios para uma livre concorrência aliada ao auxílio da mão reguladora estatal e sendo assim teria como base as regras usuais do liberalismo (propriedade privada, liberdade contratual num quadro econômico garantido pelo Estado) além de: uma política monetária independente; controle dos cartéis e monopólios; o abandono do protecionismo, uma política econômica estável e previsível; uma imposição restritiva e a correção das reações anormais dos mercados (MARINHO, 2010).

população. Neste contexto surgiu a Economia Social de Mercado (ESM), um movimento para mudar o desenvolvimento da economia alemã. O projeto ESM impulsionou a prosperidade nas décadas de 1950 e 1960, diminuindo a desigualdade existente entre as classes sociais. O crescimento estabelecido veio acompanhado por planejamentos destinados à população, dentre eles um ótimo sistema de saúde, educação e infraestrutura (MARINHO, 2010).

Já na Alemanha Oriental, foi implantada uma economia planificada, onde os meios de produção eram de responsabilidade do Estado, com a ditadura de um partido único, chamado de Partido Socialista Unificado. Desse modo, a produtividade teve um lento crescimento e a indústria se defasou tecnologicamente (MOREIRA; SENE, 2016).

Ao fim da guerra Fria em 1989, ocorreu o início da reunificação da Alemanha. Após o ajustamento da política e da economia, ainda na década de 1990, o novo país segue o modelo Ocidental. Assim vão sendo superados os maiores desafios do país, através do novo papel na política externa que “se baseava nas ideias de continuidade e confiabilidade através da cooperação e equilíbrio de interesses” (MARINHO, 2010 p.15).

No entanto, o novo formato do sistema financeiro que se estruturou nos anos de 1990, buscando uma cooperação internacional e regional entre os países, requereu uma flexibilidade e melhoramento do Capitalismo Coordenado alemão. Num todo, parece haver um senso comum político de confiança nesse capitalismo, com foco nas exportações, ou seja, economia alemã é caracterizada como um poder comercial e civil, tendo como principal papel na economia global a de nação exportadora, seu principal fator de riqueza (MARINHO, 2010).

Com a crise financeira de 2008 ficou clara a necessidade de um posicionamento alemão frente ao sistema capitalista, principalmente por seu passado histórico de dependência internacional. Continuar com seu sistema de Capitalismo Coordenado não é o suficiente, podendo abalar alguns de seus pilares fundamentais no sistema econômico. Deve-se salientar que a Alemanha assumiu o papel de coordenação dentro da União Europeia¹⁸ durante o período de crise (MARINHO, 2010).

Hoje, a economia alemã é considerada sólida, e a mais importante da Europa, devido a seu intenso comércio exterior – principalmente de produtos manufaturados. Contudo, com a diminuição da demanda exportadora, dos países emergentes em 2010, acabou afetando diretamente

¹⁸ A União Europeia é uma união política e econômica constituída por 28 países Europeus.

sua economia, principalmente no setor automobilístico, que o país acabou levando para países com mão de obra mais barata, para diminuir custos (BALDRAIA, 2016).

Da mesma forma que se deu o crescimento econômico, seu desenvolvimento social andou junto. Seu diferente modelo de capitalismo marcado “pela presença de relações de trabalho participativas, com grande papel conferido aos trabalhadores, e pela existência de uma fonte de capital paciente, resultado das relações desenvolvidas entre bancos e empresas”, dentre outros fatores, levam a entender as baixas diferenças sociais atualmente (GUIMARÃES; BARBOSA; COSTA; NATALINO; NETO, 2014).

3.2.6 Brasil

O Brasil, durante o período de colonização portuguesa, baseava-se em exportar bens de consumo primário, como o pau-brasil, a cana de açúcar, a borracha, cacau e o café, e o extrativismo de minérios. A metrópole, Portugal, era contra a criação e instalação de manufaturas no Brasil – há raras exceções, como alguns engenhos de produção artesanal de ferramentas para serem utilizadas o cultivo e de materiais de construção. Demais produtos, como ferrovias, moinhos e sapatos, eram importados de países europeus. A Independência do país foi declarada em 1822 (ARNO; JOIA, 2016).

Em meados do ciclo do café, foi possível observar o primeiro processo de industrialização do país. Esse fato ocorreu devido a fatores internos, através investimentos estatais, e por fator externos, com o aumento da demanda estrangeira. A abolição da escravatura, em 1888, foi outro fator relevante para a alavancada da industrialização, possibilitando o aumento de mercado consumidor interno do país – ocorre nesse período uma forte imigração de mão de obra, principalmente de italianos. O município mais beneficiado pela industrialização, que chegava ao país, foi São Paulo, que aloca, também os maiores cafezais brasileiros (ARNO; JOIA, 2016).

Contudo, na primeira metade do século XX o país não detinha muita importância internacionalmente, suas relações ainda estavam restritas em exportar produtos primários e importar bens industrializados. O primeiro impulso da indústria brasileira não era satisfatório para promover a economia brasileira. Os produtos oriundos do Brasil, possuíam qualidade inferior à de países Europeus, e sua estrutura econômica estava engajada em proteger e assegurar a indústria cafeeira, que passava por um período turbulento (IPEA, 2010; SILVA; JUNIOR, 2016).

Contudo, em 1948, começa-se a contar com a Comissão Econômica para América Latina (Cepal), para o desenvolvimento do continente da América Latina. A Cepal tratava-se de um órgão criado pela ONU, com a perspectiva de uma redefinição do Estado visando uma inserção internacional da América Latina, para isso eram baseados e influenciados nas ideias de Keynes. A solução proposta para seu êxito era a industrialização, por meio da substituição de importações (IPEA, 2010).

Em 1950 o Brasil ainda possuía uma industrialização restrita, devido a não instalação de departamentos produtores de bens de capital, acarretando ao longo desta década forte déficits no balanço de pagamentos. Essa crise se agravou nos anos 1960, resultando no golpe de 1964¹⁹. Durante o período do regime militar (1964-1985), os governos combinavam objetivos desenvolvimentistas e duras políticas monetárias. Além da forte presença do Estado na economia e a criação de empresas estatais, utilizavam também de uma ortodoxia fiscal, porém permitindo o aumento do gasto público e da base monetária. O Brasil obteve ao longo prazo um crescimento favorável, superior até a países capitalistas desenvolvidos. Assim ao contrário dos países do conjunto do Terceiro Mundo, o Brasil consegue diminuir a diferença existente entre ele e os centros capitalistas no pós-guerra²⁰ (SERRA, 1982; IPEA, 2010).

A década de 1980 foi marcada no Brasil como “a década perdida”. Com a forte restrição externa que se formou com a crise cambial, a economia brasileira passa por grandes entraves até a segunda metade da década de 1990. As grandes desorganizações das finanças públicas intensificaram o problema do Brasil, acarretando uma série de instabilidades inflacionárias que afastaram os investimentos internos (PERES; ARAUJO, 2011).

A fim de combater esse processo inflacionário é adotado diversos planos monetários²¹ de estabilização que fracassaram. Na década de 1990 observa-se a uma mudança no padrão de desenvolvimento, marcada por, como descrevem Peres e Araújo (2001, p.75) “reformas liberalizantes com medidas de abertura comercial e financeira, desregulamentação dos mercados e

¹⁹ O golpe de 1964 refere-se à instauração de regime militar no Brasil, encerrando o governo eleito democraticamente.

²⁰ O Brasil foi considerado o mais dinâmico entre os da América Latina, principalmente Argentina, Chile e Uruguai, que até a década de 1930 eram considerados com uma economia mais avançada.

²¹ Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989) e Plano Collor (1990).

privatizações (...) e pela posterior estabilização inflacionária atingida com a implantação do Plano Real.”

O Plano Real simbolizou o reconhecimento de um modelo neoliberal da economia brasileira, trazendo de volta ao país os fluxos de capital financeiro, que devido ao esgotamento dos mercados desenvolvidos buscam novas alternativas, consolidando os países da periferia frente a dinâmica financeira global (PERES; ARAUJO, 2011).

Ainda Peres e Araújo (2001) explicam que mesmo com a estabilização da inflação, o elevado ritmo de crescimento econômico não foi retomado. As políticas utilizadas desde então são para manter a inflação dentro da meta, de modo que, a taxa de juros elevada junto com a apreciação cambial, retração de demanda e abertura econômica, diminuem o produto da economia e, ainda, durante 1994 e 2007 há um grande aumento da dívida pública.

Dessa forma, “nas últimas décadas, o país demonstrou ter negligenciado o desenvolvimento econômico e se preocupado mais com questões financeiras do que com problemas reais, como o produto, o emprego e os investimentos” (PERES; ARAUJO, 2011 p.77).

A próxima seção abordará aspectos do desempenho econômico dos países selecionados.

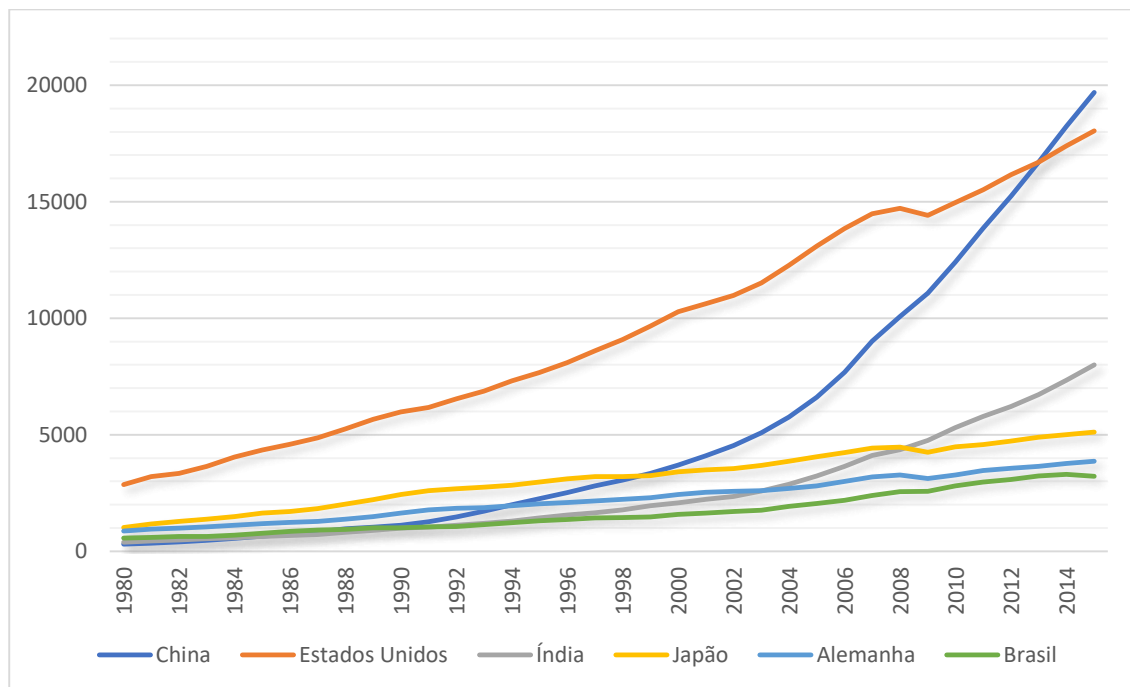
3.3 ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÔMICO

Durante o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo é possível observar a forte participação do governo na economia dos países desenvolvidos, o que foi primordial para alcançarem o desempenho econômico. Com aumento do comércio internacional, o processo da globalização, pressiona a reforma dos Estados, para estruturas mais liberais. Através dessa ampliação de espaço do mercado mundial, rompe-se a barreira dos estados nacionais, aumentando a competitividade internacionalmente, sendo essa uma condição para a sobrevivência do desenvolvimento em cada país (BRESSER-PEREIRA, 1998).

A seguir será demonstrado graficamente a trajetória percorrida pela economia dos países, no período entre 1980 até 2015, no que diz respeito ao crescimento do seu Produto Interno Bruto (PIB) (Gráfico 1)²².

²² Os dados que deram origem ao gráfico 1 podem ser analisados no Anexo B deste trabalho.

Gráfico 1 - PIB em paridade de poder de compra 1980-2015, em bilhões de US\$ correntes.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI - *World Economic Outlook*, 2017

No caso da China fica evidente seu crescimento nas últimas décadas, mostrando um aumento significativo no PIB (PPC) a partir da década de 1990. O fato do governo proporcionar maior autonomia dos produtores, para a implementação e melhoramento de técnicas de produção, investimentos e apropriação do excedente, permitiu que se alcançasse esse nível de eficiência, aumentando sua produção, bem como o movimento de capital dentro os diferentes setores econômicos (BEKERMAN; DULCICH; MONCAULT, 2013).

A partir dos anos 2000 a aceleração do crescimento faz com que a China amplie sua busca por recursos e matérias-primas, bem como mercados para sua exportação. Trilhando esse caminho o país é considerado hoje o principal Estado manufatureiro, além de possuir a maior exportação a nível mundial. Nessa última década a economia chinesa cresce a uma taxa média anual de 12%, e

se comparada com o PIB (PPC) mundial no ano de 2015 a produção chinesa representa 17,14% do total produzido no mundo (HERMANN, 2013).

A economia chinesa já se afirmava como uma superpotência nos anos 1990, nesse cenário nota-se no gráfico que no ano de 2014 a China ultrapassa os Estados Unidos no que tange ao PIB (PPC). Refletindo nesse ponto os efeitos na economia mundial da crise financeira, que desencadeou nos Estados Unidos no final de 2007 e se intensificou em 2008.

Os Estados Unidos, apesar da economia apresentar um longo período de crescimento nota-se, no ano de 2009, uma queda de 29,9 bilhões de dólares, como decorrência da crise do *subprime*²³ americano, porém, já em 2010 retoma-se o crescimento. Em 2015 o PIB (PPC) americano representou 15,7% do valor mundial.

A economia indiana, com um cenário de abertura comercial, segue um uma série ininterrupta de crescimento, em médias anuais de 6,8% no período, mesmo durante a recessão global, dos anos 2007 a 2009. A rápida internacionalização vivida pelo país proporcionou que a Índia seja um dos principais destinos dos IED dentre as economias. Pelo mesmo motivo de internacionalização, a economia indiana também utiliza a relação inversa, exportando multinacionais através de remessas IED. Nesse sentido, tem como base desse novo modelo o setor de tecnologia, detendo forte participação das empresas transacionais, o qual sustenta sua dinâmica econômica (BANIK; PADOVANI, 2014).

A economia do Japão apresenta quatro fases até 2009. A primeira, referente ao período se 1989-1996, pode ser chamado de desaceleração, devido aos colapsos das bolhas especulativas; a segunda, entre 1997-2000, uma fase de intensificação e leve recuperação, graças a expansão mundial da economia, porém o setor bancário ainda se encontravam fragilizados, devido a crise bancária japonesa em 1997; na terceira fase, entre 2001-2007, uma renovação do estresse sistêmico. Até 2003 a economia se encontrou estagnada, a partir de 2004 com a queda na taxa de desemprego e um aumento das importações a uma recuperação com média de 2% de aumento anual; na última fase, a economia do Japão observa os impactos da crise *subprime*, dos Estados Unidos. Desse modo, entre o período de 2008-2010 a taxa de crescimento japonesa tem um leve retrocesso (FRAGA; STRACHMAN, 2013). Em 2011 a economia japonesa ainda apresentava uma recessão

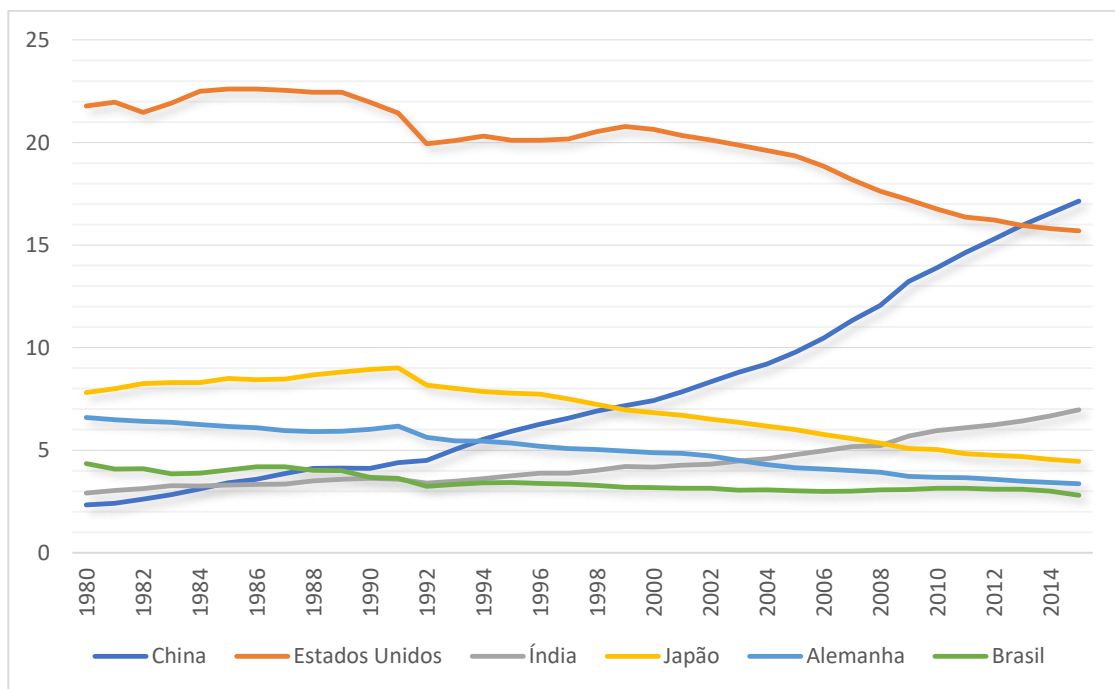
²³ *Subprime*: forma como ficou conhecida a crise bancária dos EUA, em 2008.

de 0,9% no ano, e só no ano de 2015 que o país voltou a crescer, representando 4,45% no PIB (PPC) mundial.

Na crise de 2008, a Alemanha teve o papel de sustentar a economia da União Europeia, devido a suas grandes vantagens frente aos outros países, não só por ocupar a terceira posição do PIB nominal, e a quinta no PIB (PPC), mas por sua grande capacidade de produção e exportação (MARINHO, 2010). Nesse cenário e com uma recessão em 2009 a economia Alemã voltou a crescer em 2010 a uma taxa anual de 3,6% no PIB, mantendo um relativo crescimento até 2015, representando 3,36% mundial.

A economia brasileira começa a ver sinais de crescimento, depois da “década perdida”, a partir dos anos 2000, alcançando um crescimento anual de 4%. Apesar da crise internacional a Brasil conseguiu manter um desempenho acima da média nos primeiros anos, devido ao elevado nível de moedas fortes e a dívida pública desdolarizada. Contudo, o país não seguiu imune aos efeitos da crise, chegando no ano de 2015 com uma queda na participação de PIB (PPC) mundial de 0,21% (IPEA, 2010). A relação percentual do PIB (PPC) dos países em relação ao PIB (PPC) mundial pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 2 - PIB em paridade de poder de compra percentual em relação ao PIB (PPC) mundial (em % bilhões de US\$ correntes)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI - *World Economic Outlook*, 2017

Pode-se dizer que a dinâmica financeira global ocorre de maneira desigual entre os países, dada as características econômicas adotadas em âmbito nacional e internacional frente as crises do sistema capitalista ao longo do tempo. Além da acentuada diferença entre as taxas de crescimento das economias demonstradas, mesmo que se esteja falando dos países mais desenvolvidos, mostram-se também velocidades dissemelhantes de crescimento (PERES; ARAUJO, 2011).

Após a crise financeira que atinge o sistema capitalista em 2008, embora tenha ocorrido uma recuperação da economia mundial, continua-se tendo incertezas em torno da situação econômica dos países. É possível dizer que o sistema global mostra uma nova tendência, de um mundo multipolar, pois os Estados Unidos, devido as circunstâncias, já não possuem o papel de única superpotência (MARINHO, 2010)

Neste balanço, foi destacado as características e desequilíbrios da economia mundial e a inserção desses países dentro da globalização. Há uma racionalidade global de natureza essencial do sistema que, conforme Teixeira (1999, p.188), “lhe permite ser o que sempre foi: um sistema capaz de superar suas crises e limitações, saltando para frente”.

Dessa forma, compreendendo as diferentes formas de desenvolvimento e os diferentes movimentos de crescimento, retratados historicamente, de cada país, o próximo capítulo trará a análise comparativa entre os índices selecionados, mostrando se os países continuam considerados desenvolvidos em todos os aspectos selecionados.

4 ANALISE COMPARATIVA DOS ÍNDICADORES SELECIONADOS

Até o momento foi exposto um conjunto bibliográfico que visa demonstrar o desenvolvimento, tanto em âmbito geral, como das particularidades de cada país até alcançar tais reconhecimentos econômicos. Buscando encontrar as diferenças entre o crescimento do PIB (PPC) e as outras formas de mensuração, essa seção apresentará, primeiramente, as diferenças metodológicas existentes entre os índices selecionados para o estudo, para que se esclareça a abrangência econômica e social de cada um, possibilitando a utilização de suas informações de maneira mais eficiente. Em uma segunda sessão será exposto, a partir da metodologia proposta, a classificação dos países selecionados nos respectivos indicadores, bem como uma análise dos seus resultados. E, por fim, será apontado quais os possíveis determinantes para esses resultados.

4.1 DIFERENÇAS METODOLÓGICAS

Existem diversos indicadores que concorrem no espaço das medidas do desenvolvimento. Para fins deste estudo foram selecionados alguns que configuram ou como medidas clássicas (PIB e Índice de GINI) ou como esforço institucional de complexificação do indicador (IDH) ou como uma tentativa de medida de uma modificação profunda da concepção de desenvolvimento (FIB – Felicidade Interna Bruta). As próximas subseções foram, portanto, criadas para dar uma noção das informações contidas em cada um dos indicadores.

4.1.1 Produto Interno Bruto – PIB

O PIB é um indicador utilizado para medir a economia de uma área. Seu cálculo consiste na soma dos bens e serviços finais do país sem considerar as transações intermediárias, ou seja, é “valor bruto da produção da economia, deduzindo o valor das transações intermediárias e dos subsídios” (ROSSETTI, 1982 p.171). Consequentemente ele está destinado a mensurar o crescimento econômico de um país, sendo um indicador síntese para uma economia (FEIJÓ; OLINTO, 2003; LOURENÇO; ROMERO, 2007; LAPORTA, 2014). O cálculo do PIB, consiste na fórmula 1:

$$\text{PIB} = C + I + G + X - M \quad [1]$$

Onde: C representa o consumo privado;
 I representa a totalidade de investimentos realizada no período;
 G equivale aos gastos do governo;
 X é o volume de exportações; e,
 M é o volume de importações;

O PIB medido a preço de mercado e contabilizado como produção da economia reflete a todas as transações econômicas com o valor de mercado. É possível mensurar o PIB através de três caminhos distintos: produção, renda e despesa. Do ponto de vista das contas nacionais o valor do produto deve ser o mesmo nas três óticas, mesmo referindo-se a diferentes aspectos da atividade de produção (CZIMIKOSKI, 2015; FEIJÓ; OLINTO, 2003). Segundo Feijó e Olinto (2003 p.22) as óticas representam o seguinte:

- a) Ótica do produto = Valor da produção – Valor dos consumos intermediários;
- b) Ótica da renda = Soma das remunerações aos fatores de produção;
- c) Ótica da despesa = Soma dos gastos finais na economia de bens e serviços (despesa de consumo e com formação de capital), nacionais e importador;

Como explicam Feijó e Olinto (2003) o PIB obtido pela ótica do produto refere-se à produção, a ótica da renda refere-se ao rendimento e a ótica da despesa o consumo. Todos esses agregados irão referir-se ao total da economia, só diferem no aspecto que enfocam o processo econômico.

Para uma melhor compreensão da dinâmica do crescimento econômico leva-se em conta diferentes formas de mensurar o PIB. Nessa perspectiva compreende-se o PIB real e o PIB nominal. Na análise, o PIB nominal refere-se ao somatório das produções físicas de determinado ano avaliados pelos preços correntes do mesmo ano, dependendo a inflação do período o valor pode aumentar. E o PIB real corresponde ao somatório das produções físicas de determinado ano avaliados pelos preços de um ano-base, a inflação não influencia o valor. Após a determinação desses valores, pode-se definir o deflator do Produto Interno Bruto, pela divisão do PIB Nominal pelo PIB Real, multiplicado por cem. Esse valor serve para que seja possível medir o preço de uma unidade de determinado produto em comparação com o ano-base (LAPORTA, 2014; PINHO, 2015).

Para que se obtenham comparações entre países, a fim de classificar as economias visando o desenvolvimento, utiliza-se PIB *per capita*. No qual é obtido dividindo-se o PIB calculado no

ano pela população residente no país (considera-se a população em 30 de junho). O PIB *per capita* tem a função de medir a renda média da população. Porém devido à desigualdade de renda em alguns países, tem-se uma das limitações desse indicador. Outra limitação pertinente é o fato do conceito de PIB não levar em conta o nível de qualidade de vida, desse modo pode haver um aumento no PIB sem que haja um real desenvolvimento da economia (FEIJÓ; OLINTO, 2003).

Porém, mesmo ao se levar em conta essas limitações, a taxa de crescimento do PIB *per capita* é uma forma de mensuração importante para que se qualifique o crescimento do PIB. Pode ocorrer de um aumento da taxa do PIB ser positivo, ao mesmo tempo que o crescimento do PIB *per capita* ser negativo indicando, possivelmente, um aumento na taxa de desemprego da população no longo do período. E assim, caso haja sucessivos períodos de baixa, pode significar que há um empobrecimento dessa população, país ou região (FEIJÓ; OLINTO, 2003).

Com os avanços do estudo em cima do PIB, chega a paridade do poder de compra (PPC), essa abordagem é frequentemente utilizada para a comparação internacional de variáveis reais. O objetivo do PPC é analisar, considerando de forma mais justa, o poder de compra de distintas economias, comparando efetivamente os produtos em diferentes moedas, convertidas a uma (costuma-se usar o dólar (US\$)). De acordo com a teoria, quando mensurados em uma mesma moeda, os níveis de preços nacionais seriam iguais “permitindo estabelecer um valor de equilíbrio de médio e longo prazos para a taxa de câmbio real, e deste modo, analisar a evolução de uma divisa em termos de poder de compra relativo, entre dois ou mais países” (BACAR; NAAFS, 2011 p.2).

Seu conceito é dividido em duas vertentes, a versão absoluta afirmando que um bem deve possuir o mesmo preço em dois ou mais países, caso estejam sendo expressados na mesma moeda. E a versão relativa, demonstrando que a razão de preços existentes para um mesmo bem, é constante ao longo tempo (SILVA, 2016).

A PPC é importante pois na comparação com o PIB nominal, em uma moeda comum, não se tem uma precisão das diferenças matérias dos países, leva em conta apenas as diferenças de rendimento, bem como as particularidades do custo de vida. Contudo, devido as cestas de produtos não serem uniformes e as flutuações não ocorrerem ao mesmo nível, gera-se uma dificuldade para a comparação adequada, sendo essa a crítica ao modelo (SILVA, 2016).

4.1.2 Índice de GINI ou Coeficiente de GINI

É um índice destinado à mensuração do grau de desigualdade da população, sendo esse um dos principais índices de desigualdade utilizado. Com esse índice obtém-se a desigualdade da distribuição de renda da população, porém seu cálculo pode ser usado para qualquer distribuição, como por exemplo, concentração de terra (JUNIOR, 2010). É determinado pela fórmula 2:

$$G = 1 - \sum_{i=1}^n (Y_i + Y_{i-1})(X_i - X_{i-1}) \quad [2]$$

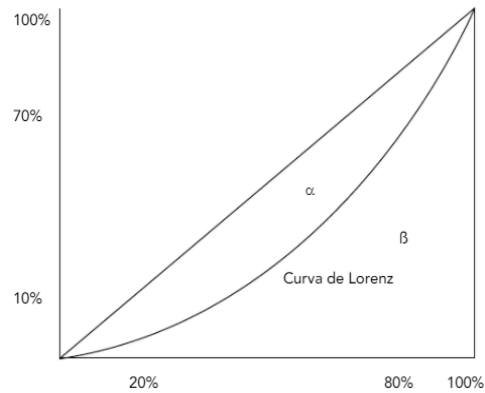
Onde, X_i é a porcentagem acumulada da população (pessoas que recebem renda) até o estrato i ;

Y_i , a porcentagem acumulada da renda, área, valor da produção etc., até o estrato i ; e

n , o número de estratos de renda, área, valor da produção etc.

O índice de GINI equivale a um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). Essa construção baseia-se na “Curva de Lorenzi” (HOFFMANN, 2011).

A curva de *Lorenzi* é um instrumento gráfico e analítico, expresso entre a proporção acumulada da renda (φ) e a proporção acumulada da população (p), estando em valores crescentes. No gráfico 3 observa-se na área a a ‘área de desigualdade’. Com um aumento da concentração da renda aumenta também a curvatura de *Lorenzi*, e assim, a área entre a curva e a linha que passa 45° no gráfico. Aproximando de 1, refletindo aumento da concentração. Caso houvesse uma renda igualitária a curva coincidiria com a linha de 45°, igualando ou chegando muito próximo a zero. Ainda, no caso de uma população muito grande a curva de *Lorenzi* confunde-se com a poligonal ABC, pois as áreas são praticamente iguais (HOFFMANN, 2011).

Gráfico 3 - Curva de Lorenzi

Fonte: Oliveira; Lages; Dantas (2015)

Desse modo, pode-se definir que o Índice de GINI ou Coeficiente de GINI é uma relação de a e a área do triângulo ABC como explica a formula 2.1:

$$G = \frac{\alpha}{0,5} = 2\alpha \quad [2.1]$$

O índice de GINI é importante pois é uma medida calculada através da análise de razão, e não por uma variável que visa somente a maioria da população. É um índice não complexo e de fácil interpretação, principalmente quanto a comparação da desigualdade econômica entre os países através do tempo. Porém, assim como o PIB, ele possui suas limitações, como, por exemplo, não levar em conta o ciclo de vida das pessoas ou a desigualdade de oportunidades, entre outros. Dessa maneira, pode-se dizer que o que realmente importa não é a desigualdade em um determinado ano, mas a distribuição da desigualdade ao longo de vários períodos (HOFFMAN, 2001).

4.1.3 Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

A fim de ampliar o conceito de crescimento econômico surge o índice de desenvolvimento humano – IDH. O índice busca incluir em seu escopo a melhoria da condição de vida da sociedade. O avanço na compreensão do processo de desenvolvimento faz com que se perceba que um aumento das condições econômicas não necessariamente se reflete em um aumento da qualidade

de vida da população (pobreza, desemprego, desigualdade, saúde, nutrição, educação e habitação). Ou seja, o IDH surge para determinar o nível das necessidades básicas do ser humano (LOURENÇO; ROMERO, 2007).

O IDH é disponibilizado, pelo PNUD, ano a ano desde sua criação em 1990. Da mesma forma que o Índice de GINI, o IDH é determinado por um número entre 0 e 1, porém quanto mais próximo de 1 mais desenvolvido é o país e quanto mais perto de 0 menor o desenvolvimento. Seu cálculo é uma média simples que leva em conta as três dimensões fundamentais para o desenvolvimento (essas dimensões dependem direta ou indiretamente das outras dimensões existentes) (FEIJÓ; OLINTO, 2003).

A primeira dimensão diz respeito a Longevidade, ou seja, atribui-se a possibilidade de uma vida longa, o que implica em condições adequadas de saúde. Essa dimensão está representada pela variável mensurável da expectativa de vida ao nascer. A segunda dimensão refere-se à obtenção de conhecimento, e está representada por indicadores de educação. E a terceira dimensão está associada à disponibilidade de recursos, que é definida pela renda *per capita* do país (ajustado pela paridade do poder de compra). Dessa forma, o IDH inova a mensuração do PIB *per capita* no momento em que considera no seu cálculo os dois primeiros aspectos mencionados (FEIJÓ; OLINTO, 2003; LOURENÇO; ROMERO, 2007)

O valor do IDH é determinado por uma média aritmética dos três índices representado na equação 3, isto é:

$$IDH = \frac{X_1 + X_2 + X_3}{3} \quad [3]$$

Onde, X_1 = Índice da longevidade
 X_2 = Índice da educação
 X_3 = Índice da renda

Porém, para que se possa determinar os indicadores como um índice único, tendo em vista que eles estão expressos em diferentes unidades, “relaciona-se cada medida para cada país ao melhor e ao pior desempenho em termos mundiais” (FEIJÓ; OLINTO, 2003 p.54). Assim, considera-se a equação 3.1:

$$\text{Índice} = \frac{(X_i - X_{i,\min})}{X_{i,\max} - X_{i,\min}} \quad [3.1]$$

Onde, X_i é o valor corrente do indicador i ;
 $X_{i,\min}$ é o valor do indicador i , num determinado período de tempo; e
 $X_{i,\max}$ é o valor máximo do indicador i , num dado período de tempo.

De acordo com Feijó e Olinto (2003), para que haja uma comparação da análise, o PNUD estabeleceu três principais categorias:

- a) Baixo desenvolvimento humano – apresentando IDH menor que 0,5;
- b) Médio desenvolvimento humano – exibindo IDH entre 0,5 e 0,8; e
- c) Elevado desenvolvimento humano – traduzidos por IDH superior a 0,8.

Entretanto, mesmo que haja um grande avanço com a inserção do IDH, expandindo as análises de desempenho econômico, percebe-se que esse ainda possui suas limitações. De forma que, além da questão ambiental que ele não aborda, o índice não leva em conta fatores que tem influência direta com a qualidade de vida da sociedade, como por exemplo a saúde mental ou a integração social e cultural.

Desse modo, consegue-se observar uma variedade de indicadores de natureza econômica e social, e encontrar um indicador que reúna todos de uma forma ampla e clara é um desafio para os pesquisadores. Nesse cenário é que entra em cena a ideia de Felicidade Interna Bruta, um índice inovador que procura medir o bem-estar da população, através da felicidade da mesma (EnANPAD, 2012).

4.1.4 Felicidade Interna Bruta - FIB

“A felicidade é, e deve ser, um bem público, já que todos os seres humanos almejam-na” (URA; ALKIRE; TSHOKI, 2012 p.2). E nesse sentido, a fim de conseguir medir essa felicidade, é desenvolvido o indicador do FIB, em Butão, pequeno país do Himalaia. Seu conceito foi criado em 1972, e elaborado pelo 4º rei butanês, Jidme Singya Wangchuck, com o apoio do PNUD, que colocou o conceito em prática. Esse indicador visa considerar outros aspectos, para além do econômico, na sua mensuração do progresso da sociedade, entre eles a conservação do meio ambiente e a qualidade de vida (EnANPAD, 2012; LUSTOSA; MELO, 2010).

O FIB é considerado uma medida multidimensional, pois leva em conta nove dimensões. Sua construção é baseada em amostras periódicas expressa pelos distritos, por gênero, idade, residência urbana ou renda. Um crescimento do FIB pode ser obtido pelo governo via adoção de políticas públicas destinadas ao aumento da felicidade, atendendo a demanda e as más condições das classificadas como pessoas infelizes (TEIXEIRA; SOUZA; FARIA, 2017).

Dentre suas dimensões está o bem-estar psicológico, o qual tem como objetivo determinar o grau de satisfação e o otimismo que cada indivíduo possui da própria vida. Uma segunda dimensão é a saúde, que visa medir a eficácia das políticas voltadas a saúde. A terceira dimensão refere-se ao uso do tempo, sendo um dos mais significativos fatores ao determinar a qualidade de vida, considerando o tempo destinado ao lazer, ao trabalho, ou aquele perdido no trânsito. A quarta dimensão visa a vitalidade comunitária, focando nos relacionamentos e interações da sociedade. A quinta dimensão está associada a educação, tanto formal quanto informal. A sexta dimensão é a cultura, que avalia tradições locais, religiosas, de raça ou gênero. A sétima dimensão trata do meio ambiente, que mede a percepção do indivíduo em relação a qualidade da água, ar, solo e da biodiversidade. A oitava dimensão é a da governança, que vai avaliar a forma como a população vê o governo, a mídia, o judiciário, etc. Também avalia a cidadania e o envolvimento dos cidadãos nos processos políticos. Por fim, a nona dimensão mede o padrão de vida, através da renda individual e familiar do cidadão (LUSTOSA; MELO, 2010). Sua fórmula (4) é expressa da seguinte maneira:

$$\text{FIB} = 1 - (\text{H}_n * \text{B}_n) \quad [4]$$

Onde, H_n é a porcentagem de pessoas infelizes; e

B_n é a porcentagem média de privações entre os infelizes.

Deve-se salientar que H_n e B_n se concentram em privações, de modo a informar a política (URA, et al 2011). Da mesma maneira que os outros indicadores já mencionados, o FIB também possui suas limitações. Percebe-se seu cálculo é fortemente influenciado por questões culturais e religiosas de Butão. Ao ser aplicado em outro país a especificidade do FIB à cultura, por exemplo, pode ser dificultoso e o resultado ficar distorcido. Pois, em Butão a cultura não significa apenas uma identidade da sociedade, mas tenta amortecer alguns impactos negativos da modernização, levando enriquecimento espiritual ao país. Outro aspecto com limitações está na agregação da

sustentabilidade ambiental, que tem seus dados coletados a partir de informações qualitativas da percepção humana, não sendo coletado a campo sob toda a diversidade biológica do ecossistema (TEIXEIRA; SOUZA; FARIA, 2017).

Contudo, o FIB vem achando seu espaço na teoria econômica. Tomar decisões sábias dependem também de avaliações certas, que envolvem todos os diferentes cursos de ação. Pensar em indicadores de progresso como o FIB é pensar onde se quer estar daqui a alguns anos, é uma reflexão de onde a sociedade pode chegar, e enxergar o bem-estar em suas múltiplas dimensões (LUSTOSA; MELO, 2010).

4.2 CLASSIFICAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da sistemática proposta, foram levantados dados, para os países em análise, relativos a cada indicador selecionado. Os dados foram organizados na Tabela 02, abaixo:

Tabela 2 - Posição dos países selecionados no ranking gerados a partir do PIB (PPC) (2015), Índice de GINI, IDH (2015), FIB (2014-2016)

PAÍS	PIB (PPC)		Índice de GINI		IDH		FIB	
	VALOR	POSIÇÃO	VALOR	POSIÇÃO	VALOR	POSIÇÃO	VALOR	POSIÇÃO
CHINA	19695,74	1º	0,421	95º	0,738	90º	5.273	79º
ESTADOS UNIDOS	18036,65	2º	0,410	89º	0,920	10º	6.993	14º
INDIA	8003,40	3º	0,351	56º	0,689	131º	4.315	122º
JAPÃO	5118,68	4º	0,321	35º	0,903	17º	5.920	51º
ALEMANHA	3860,11	5º	0,301	21º	0,926	4º	6.951	16º
BRASIL	3216,16	7º	0,514	143º	0,754	79º	6.635	22º

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI - *World Economic Outlook*, 2017; Banco Mundial, 2017; PNUD, 2017; e, *World Happiness Report*, 2017.

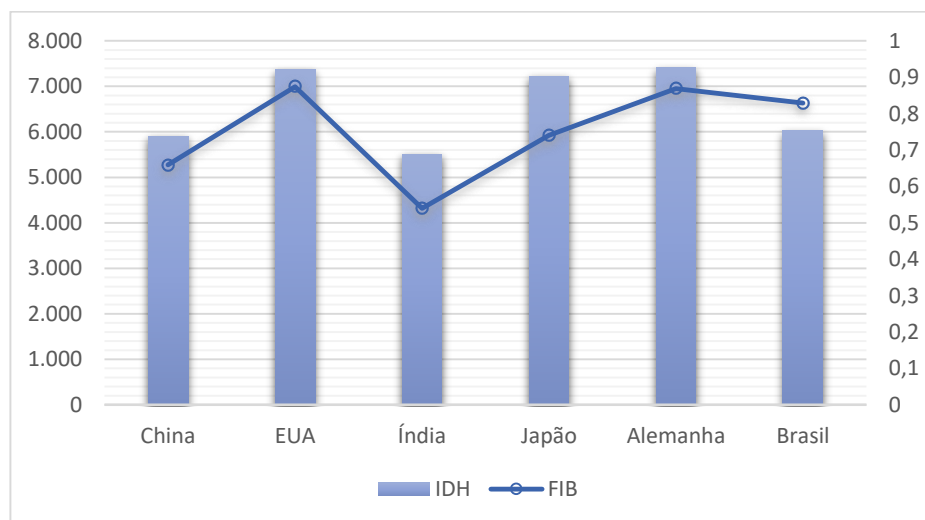
Nota-se que os valores de cada índice possuem diferenciações entre os si. Como o primeiro colocado no PIB (PPC), a China, que possui um valor cinco vezes maior que o quinto colocado,

Alemanha. A mesma, Alemanha, é a melhor colocada entre os países no IDH, enquanto a Índia encontra-se extremamente longe das primeiras colocações. Contudo, o objetivo aqui não é avaliar a posição dos países dentro de cada índice, mas sim examinar se os melhores em termos de PIB (PPC) seguem sendo melhores medidos por outras óticas (PINTO; CORONEL, 2014).

Nesse contexto, verifica-se que, dos seis países analisados, nenhum mantêm-se nas primeiras colocações em todas as esferas. Dentre esses, o país que ostenta uma melhor posição nos quatro indicadores está a Alemanha. Embora o país apresente um PIB bem menor que os primeiros colocados, os indicadores sociais mostram um bom uso dos recursos para o bem-estar da população. O índice de GINI do país, mesmo que não ocupe as primeiras colocações, encontrando-se em 21º lugar com 0,301 de desigualdade de renda entre a população (lembrando que quanto mais perto de 0, menor a desigualdade do país), mostra que o país apresenta uma distribuição de renda favorável.

Conforme o gráfico 4, os países com melhor desenvolvimento humano, apresentam, também, maior felicidade, sendo que a campeã, dentre os seis países, no IDH, a Alemanha, ostenta o 16º posicionamento no FIB, e os Estados Unidos, que está na 10º posição de IDH, encontra-se como a 14º nação mais feliz do mundo.

Gráfico 4 - Relação entre o IDH (2015) e o FIB (2014-2016)



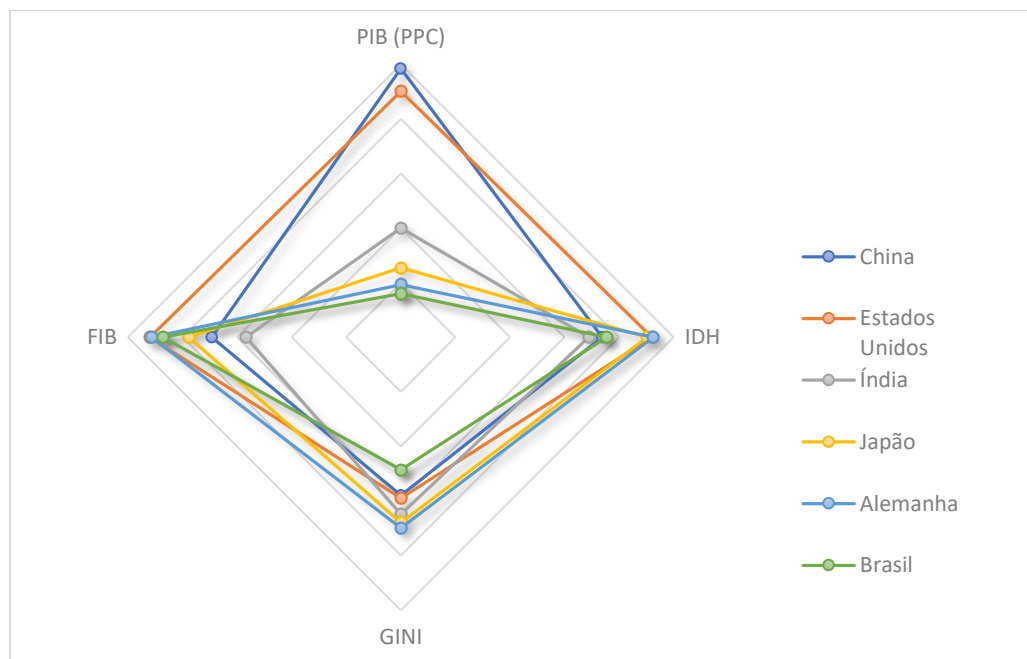
Fonte: Elaboração Própria com base nos dados do PNUD, 2017 e *World Happiness Report*, 2017.

Já a Índia que apresenta o pior posicionamento no IDH, ocupando 131º colocação, também está entre os mais infelizes do mundo, no 122º posicionamento dentre 155 países que o índice analisa. Entretanto, ao comparar o índice de GINI da Índia é possível observar que ela está melhor posicionada que os Estados Unidos, ocupando a 56ª posição, com 0,351 de desigualdade da renda.

O Japão, que se encontra em 4º lugar no PIB (PPC), apresenta uma posição média nos outros indicadores, não estando entre os melhores, porém também não entre os piores. A desigualdade de renda do país se apresenta 0,321 de divergência, estando alocado na 35ª posição. O seu desenvolvimento humano ocupa a 17ª posição do IDH, e sua felicidade está indicada como 51º país mais feliz do mundo.

Enquanto isso, o Brasil, que está em 7º lugar no PIB (PPC), não demonstra um bom resultado do índice de GINI, posicionado em 143º lugar, apresentando, portanto, uma grande desigualdade de renda entre sua população. No que tange o IDH o país se encontra na 79ª posição, estando na frente da China e da Índia, e, da mesma forma é o 22º país mais feliz do mundo, de acordo com os dados do FIB. Uma melhor visualização desses indicadores é possível ser obtida no gráfico 5 abaixo:

Gráfico 5 - Posição dos países selecionados no ranking gerados a partir do PIB (PPC) (2015), Índice de GINI, IDH (2015), FIB (2014-2016)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI - *World Economic Outlook*, 2017; Banco Mundial, 2017; PNUD, 2017; e, *World Happiness Report*, 2017.

O gráfico 5 traz, em um panorama geral, a situação dos países nos indicadores selecionados. Leva-se em conta que quanto mais perto da ponta, mais eficiente o país se encontra para cada objetivo proposto pelo índice, ou seja, quanto mais perto o país estiver das extremidades do gráfico melhor é seu desempenho no desenvolvimento.

Dessa forma consegue-se uma melhor figuração dos dados discutidos acima. É possível observar a superioridade da China e dos Estados Unidos no que tange ao PIB (PPC), no mesmo modo que estão entre os piores no índice de GINI (EUA com um GINI de 0,410 e China 0,421), ficando atrás apenas do Brasil (0,514). A China apresenta, ainda, um mal resultado entre os índices de desenvolvimento humano, estando na 90ª posição, com 0,738, e no índice de felicidade, ocupando a 79ª, com 5.273 pontos.

Do mesmo modo, a Índia, dentre os países analisados, está na pior colocação dos índices sociais, onde o IDH apresenta o valor de 0,689 e o PIB de 4.315, enquanto apresenta a 3ª posição do PIB (PPC), embora com uma distância considerável dos dois primeiros colocados (alcançando U\$S 8003,40 bilhões).

O Japão mostra-se, como já dito acima, em uma posição mediana dentre os países, apresentando um bom posicionamento no desenvolvimento humano no país de 0,903, ostentando a 17ª posição, e na desigualdade de renda (apresentando um índice de GINI de 0,321). A felicidade do país acumula 5.920 pontos, conforme o FIB, bem como, é possível observar o posicionamento favorável da Alemanha nos quatro indicadores. Embora seja a 5ª maior potência, segundo o PIB (PPC), nos demais indicadores possui o melhor desempenho, apenas no FIB fica duas posições atrás dos Estados Unidos, mas não interfere no desempenho demonstrado no desenvolvimento social (Alemanha com 6.951 pontos e EUA com 6993).

E, por fim, o Brasil, que dentre esses países possui o pior desempenho de acordo com os indicadores de renda, o PIB (PPC) de U\$S 3216,16 bilhões e o índice de GINI de 0,514, ocupa uma posição média no que diz respeito aos indicadores sociais, IDH com 0,754 e o FIB de 6.635.

No entanto, deve-se ficar claro que a análise feita até o momento está levando em conta apenas os países selecionados. Assim, para melhor compressão dessa análise, que visa observar o desenvolvimento de cada país entre os indicadores e não uma comparação entre eles, foi desenvolvido o gráfico 6, possibilitando a análise de cada país nos indicadores selecionados.

Gráfico 6 - Posição individual dos países selecionados no ranking gerados a partir do PIB (PPC) (2015), Índice de GINI, IDH (2015), FIB (2014-2016)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI - *World Economic Outlook*, 2017; Banco Mundial, 2017; PNUD, 2017; e, *World Happiness Report*, 2017.

Desse modo, seguindo a mesma leitura do gráfico 5 (quanto mais perto da extremidade, mais desenvolvido o país), é possível perceber as limitações de desenvolvimento em cada país separadamente, representando na análise dos dados expostos acima.

Visto isso, pode-se concluir que não é por possuir a melhor economia perante o PIB (PPC) que o país também irá apresentar os melhores resultados nos índices sociais, tanto no desenvolvimento humano como na felicidade da nação, ou seja, não é por habitar em um país rico economicamente

que o indivíduo tenha acesso a tudo que necessita para ser feliz. Conforme disse Easterlin (1973, p.4) o surgimento dessa questão simplesmente é que:

[...] os fatos realmente indicam que as pessoas que recebem mais dinheiro normalmente se sentem mais felizes? Em todas as sociedades, mais dinheiro para o indivíduo normalmente significa maior felicidade individual. No entanto, o aumento da renda de todos não faz aumentar a felicidade de todos.

Contudo, sabe-se, pelo exposto até o momento, que o desenvolvimento ultrapassa as barreiras do crescimento econômico. Dessa forma, para tais resultados, existem alguns determinantes, sejam eles o tipo de política adotada no país, o que se considera como justo ou injusto dentro de cada nação, etc.; para essa compressão a próxima sessão foi construída para tentar apresentar os principais motivos que levam os países a essas condições.

4.3 POSSÍVEIS DETERMINANTES

Com o passar dos anos as teorias vem abordando novos conceitos acerca do desenvolvimento, observa-se também que as formas de mensuração do desenvolvimento passam a explorar um número maior de variedades com relevância, tentando abranger com mais eficácia todos os pontos do desenvolvimento. Dessa maneira, e com base nas comparações e análises apontadas acima, serão identificados os possíveis motivos para modo como se encontram o desenvolvimento de cada país pelas perspectivas dos indicadores selecionados.

4.3.1 China

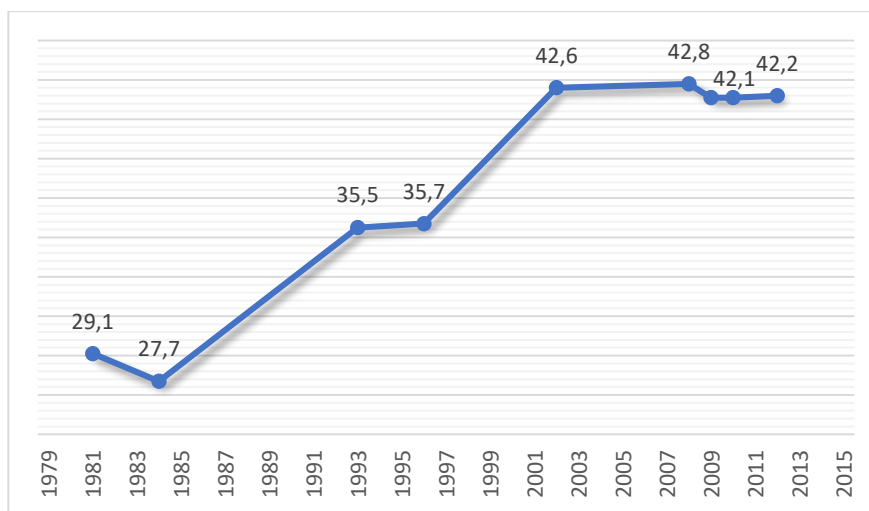
A China é considerada o país com maior densidade demográfica do mundo, cerca de 1,35 bilhões de habitantes, o que acabou acarretando importantes desequilíbrios sociais. Devido as reformas estruturais dos últimos 30 anos, é visível o salto econômico que a China vem dando, contudo, seu crescimento se deu em um quadro social dicotômico: mesmo conseguindo reduzir rapidamente sua pobreza, produziu um grande aumento do nível de desigualdade dentre sua população (MORAES, 2011; MEDEIROS, 2011).

Predominantemente, as análises sobre a distribuição de renda, na literatura voltada ao caso chinês, direcionam-se a distribuição individual ou da renda por pessoas, ou famílias, que integrem diferentes meios sociais. Dessa forma, provocado pela intensa expansão chinesa, o aumento da

desigualdade se deu, primeiramente, pelo salário pago aos trabalhadores qualificados contrastado com a remuneração paga à abundante força de trabalho não qualificada, sendo que para os últimos a remuneração é extremamente baixa. Uma segunda dimensão que afeta a desigualdade de renda chinesa é a estrutura e segmentação do emprego. No caso da China, após 1978, atua com oferta ilimitada de mão-de-obra, além do acelerado modo de como se deu a urbanização, migrando a mão de obra agrária para a de indústria e serviços (MEDEIROS, 2011).

Desse modo, outro motivo pela alta significativa das disparidades, foi provocado pela desigualdade existentes entre os setores urbano e rural, tanto pelo diferente nível de renda, como pelos deslocamentos entre as áreas (CAVALCANTI, 2014). O aumento da desigualdade, traçado pelo índice de GINI pode ser observado abaixo:

Gráfico 7 - Coeficiente de GINI – CHINA (1979-2015)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial.

Entretanto, conforme mostra o gráfico 7, há algumas indicações de que esse aumento de desigualdade de renda vem se estabilizando desde a crise de 2008. De acordo com Cintra e Pinto (2017) busca-se na China, desde a gestão de Hu Jintao e Wen Jiabao (2002-2012), assegurar o padrão de crescimento estabelecido frente ao cenário de contração internacional da demanda por

exportações nesse período. Para esse objetivo, um conjunto de políticas foram adotadas²⁴, deixando claro o objetivo de alívio da desigualdade distributiva.

Dessa forma, embora possa parecer que os efeitos de estabilização do índice de GINI seja de algum modo impulsionado simplesmente pela crise, devido ao fato de ter ocorrido, também, um aumento de desemprego na área urbana costeira e, conseqüentemente, aumento da posição relativa o meio rural, não há evidências que apenas essa diminuição de emprego nos municípios da costa fossem motivos dessa pequena melhora da distribuição de renda, mesmo que de fato essa intensificação no rural tenha acontecido, todas as políticas aplicadas foram essenciais para tais resultados. No entanto, embora haja algum movimento, a redução da pobreza segue sendo um grande desafio chinês (CINTRA; PINTO, 2017).

No que tange o IDH a China encontra-se na 90ª posição, a razão para esse posicionamento é a mesma já citada acima, a disparidade entre as regiões ou entre os habitantes. Um dado curioso na China, é o envelhecimento da população, que pode vir a comprometer o crescimento econômico projetado para o futuro. Esse fato ocorre devido a China possui uma alta expectativa de vida, média de 72,9 anos, e por terem adotado uma política de filho único devido a densidade populacional, que era incentivado nacionalmente até 2015, quando a lei foi suspensa, fez com que as medidas respondessem com uma população mais velha (SANTANA, 2012).

As disparidades entre as regiões de campo e cidade são visíveis também em relação a saúde. A taxa de mortalidade registrada no meio urbano é muito inferior à do meio rural, bem como o número de leitos em hospitais e profissionais para atender a essa população, reflexo dos gastos governamentais para atender referidas regiões. Outro aspecto relevante é o saneamento básico e a distribuição de água potável para esses dois locais, onde os resultados são os mesmos, elevado nas áreas urbanas, independentemente do tamanho da cidade, e baixa nas regiões rurais (SANTOS, 2011).

Outro aspecto de desigualdade existente na China é na estrutura educacional, porém não é mais um aspecto entre regiões, mas sim a diferenciação entre gêneros, que embora não se pronuncie mais com tanta frequência, as disparidades persistem. Essas diferenças aparecem entre as taxas de

²⁴ Foram criadas e planejadas tais medidas: i) os programas de promoção do desenvolvimento das regiões Oeste, Nordeste e Centro; ii) as intervenções no mercado de trabalho para garantir aumentos consistentes dos salários; iii) algumas modestas políticas sociais pró-pobres; iv) os programas de renda mínima; e v) os sistemas nacionais de seguridade social e serviços públicos essenciais gratuitos (educação) ou com contribuições compartilhadas (saúde e previdência) (CINTRA; PINTO, 2017 p.238).

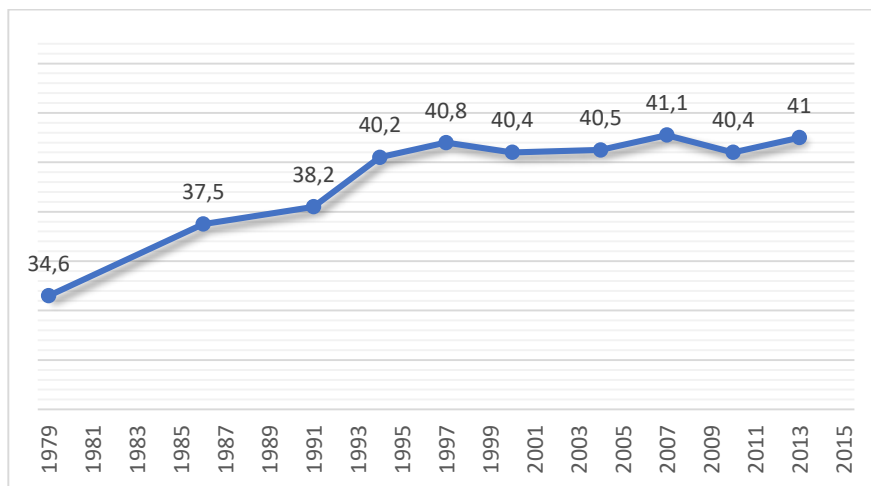
alfabetização chinesa na fase adulta, como também na quantidade de anos de estudos entre os sexos (SANTOS, 2011).

Dessa forma, considerando que um terço do IDH é referente ao crescimento da renda, esse está criando condições para as melhorias no desenvolvimento humano do país. Pode-se associar, também, que todas essas disparidades acabam influenciando na felicidade dessa população. Como foi possível observar nos dados do FIB, na tabela 02, em que o Estado chinês é a 79ª nação mais feliz do mundo (SANTOS, 2011).

4.3.2 Estados Unidos

Os Estados Unidos é uma grande potência mundial, bem como, seu o nível de desenvolvimento humano encontra-se entre os dez melhores colocados do mundo. Porém, no que tange a desigualdade de renda o país é colocado como um dos mais desiguais dentre os desenvolvidos. Esse aumento de desigualdade pode ser percebido desde o início dos anos de 1970, e persistiu com uma trajetória particularmente negativa ao longo do tempo. Esta trajetória faz com que seus níveis de desigualdade atuais estejam mais próximos dos de países em desenvolvimento do dos países mais igualitários economicamente (SOUZA, 2013). Os dados americanos podem ser observados no gráfico 8:

Gráfico 8 - Coeficiente de GINI – ESTADOS UNIDOS (1979-2015)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial.

As diferenças sociais encontradas entre os americanos estão ligadas, principalmente, a sua origem migratória e à questão racial. Em relação a migração, a formação da nação do país ocorreu em meio a uma grande diversidade. Em busca de melhores perspectivas, no início do século XIX, entraram no país ingleses, irlandeses, escoceses, escandinavos, alemães e, na metade do século, chineses e japoneses. Esses últimos, a população asiática, foram os primeiros a sofrer com a discriminação no país, bem como os filipinos, indianos, coreanos e indonésios, que compõem o quadro asiático de imigração, e os Mexicanos, que durante todo processo, sempre tiveram uma entrada constante²⁵ (SILVA, JUNIOR, 2016)

Os negros que habitavam o país (oriunda tanto do período escravagista, como do processo de migração), eram dados como cidadãos de segunda classe, até a II Guerra Mundial, sofrendo também a discriminação. Atualmente, os negros, são maioria em algumas das grandes cidades do sul e nordeste do país, como, por exemplo, é o caso de Washington, com 2/3 da população negra e Nova Iorque, que é a cidade com maior número de habitantes negros do país. Já a minoria hispânica existente no país, não é discriminada por critérios raciais, mas por suas características linguísticas e religiosas (originalmente com linguagem espanhol e crentes no catolicismo). Esse povo é hoje o principal tanto na imigração legal no país, quanto na clandestina (SILVA; JUNIOR, 2016; CARVALHO, 2006).

Contudo, embora diferentes etnias sejam encontradas no país, não ocorreu o processo de miscigenação²⁶ da população, sendo, assim, uma sociedade multiétnica, mas sem existir uma multiculturalidade. Dessa forma, a discriminação, a violência racial e a segregação acompanharam a história e formaram as disparidades sociais aparentes hoje naquela nação. Embora os indicadores sociais apresentem que a população americana goze de um bom padrão de vida, essa realidade não é para todos. Mais precisamente, ficam a margem deste padrão de vida a parcela de imigrantes, remanescentes indígenas do território, negros e hispânicos. No que diz respeito a saúde, encontra-se a mesma disparidade étnico-racial, abrangendo uma parte ainda maior da população, pois inclui, mulheres, crianças, idosos, gays e lésbicas. O país não possui um plano público de saúde, onde

²⁵ O país, logo após a I Guerra Mundial começou a restringir a entrada de imigrantes, com um limite de 360 mil pessoas anualmente e, ainda, impôs uma cota discriminatória, favorecendo a entrada de ingleses, alemães e irlandeses (SILVA; JUNIOR, 2016).

²⁶ O processo de não miscigenação foi incentivado pelo governo americano (SILVA; JUNIOR, 2016).

todos teriam direito ao tratamento médico, dessa forma, as pessoas precisam contratar uma empresa privada para tais cuidados (SILVA; JUNIOR, 2016).

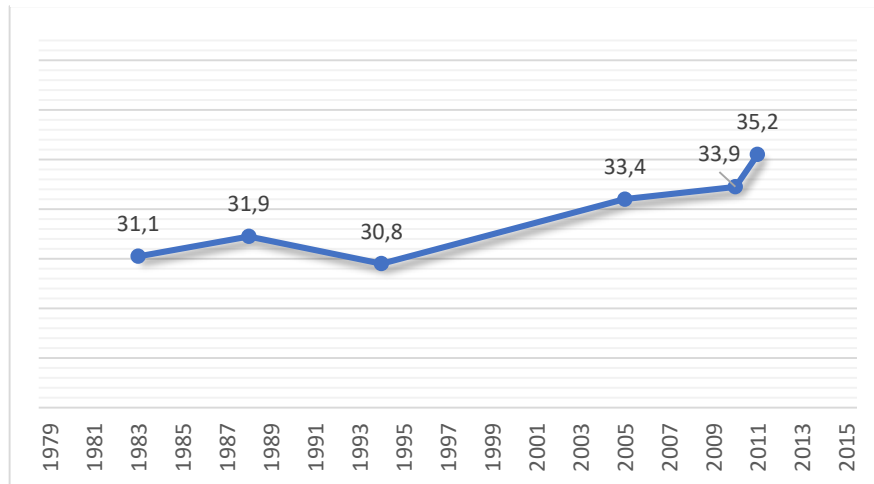
Outro fato responsável pela disparidade social dos Estados Unidos é o salário pago aos grandes executivos, se comparado com alguns países seu valor pode chegar a vinte vezes mais do que o salário de seus concorrentes. Nesse sentido, hoje nos Estados Unidos cerca de 40% da renda nacional se encontra na mão de 1% da população, que são justamente os altos empresários, ou seja, essas pessoas, através de ações e títulos, são donos atualmente de um quarto da renda do país. Essa classe do país obtém tal poder econômico, político e ideológico, que consegue manipular e determinar sua remuneração, bem como os rumos do país (BALDRAIA, 2016).

No entanto, não se fala explicitamente sobre racismo e sobre a injustiça social ou salarial nos EUA, o discurso americano é permeado por noções de “grupos populacionais” ou “população especial”. Alguma minoria do congresso americano já discute uma nova legislação para os imigrantes, para que tenham um tratamento mais brando. Porém há muita resistência à essa posição.

4.3.3 Índia

A economia da Índia apresenta, principalmente a partir das reformas implementadas em 1990, um notável desempenho de seu crescimento, e é possuidora de uma das maiores populações do mundo, sendo considerada a maior democracia existente (SANTANA, 2012). Estas grandes proporções demográficas, cerca de 1,2 bilhões de habitantes, trazem grandes preocupações aos governantes, não apenas pela quantidade populacional, mas pela precariedade social que se caracteriza. Assim, a desigualdade é uma característica marcante no seu território (SILVA; JUNIOR, 2016).

Conforme Santana (2012), grande parte da população indiana não consegue desfrutar dos recursos e oportunidades que o crescimento proporciona. No entanto, diferente dos países anteriormente citados, além de menor, a divergência existente na Índia mostra-se relativamente estável desde a década de 1980, como pode-se observar no gráfico 9:

Gráfico 9 - Coeficiente de GINI – ÍNDIA (1979-2015)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial.

Um dos principais motivos da disparidade social existente na Índia está ligada a origens religiosas, de valores difundidos do hinduísmo²⁷. De acordo com Silva e Junior (2016 p.147) essa religião “propõe uma sociedade estamental, hierarquizada e fechada, pautada nas castas, que estabelecem os grupos e a organização social”. Esse sistema foi oficialmente abolido no país, mas a cultura prevalece.

A doutrina hinduísta (bramanismo) estabelece quatro castas, com base no corpo do deus Brahma, sendo: os “brâmanes”, no topo da pirâmide (a cabeça de Brahma), é a população de origem nobre e sacerdotal; logo abaixo os “xátrias” (braços de Brahma), é a casta militar; os “vaixás” (pernas de Brahma) constituem a classe dos comerciantes e agricultores; por fim, os “sudras” (os pés de Brahma) são os descendentes dos escravos. Além destes, existem os sem castas, chamados de “dalits” ou “intocáveis”, que representam a maior parte da população indiana, estariam abaixo dos pés, ou seja, seriam o próprio pó. Estes desempenham as funções mais desqualificadas dentro do sistema (SILVA; JUNIOR, 2016).

Essa colocação social é, portanto, ligada a crença da reencarnação. Sendo assim, os indivíduos que se situam nas castas mais inferiores estão ali por erros cometidos em outra vida, e devem seguir ali, se abstendo de uma melhoria da situação social. Essa organização se dá no país a mais de 4 mil

²⁷ 70% da população segue o hinduísmo (SILVA; JUNIOR, 2016).

anos, então os inferiores se conformam com essa situação casual do destino, sujeitando-se aos piores trabalhos e atividades (SILVA; JUNIOR, 2016).

Outro fator responsável pelos baixos índices de desenvolvimento social é o desgaste ambiental. O país está vulnerável às mudanças climáticas, ocasionando degradações às terras cultivadas, isso somado ao intenso aumento do consumo de fertilizantes e ao grande número de produtores rurais, agravam ainda mais o problema ambiental. Além disso, o país está na sexta colocação no *ranking* mundial de produção de eletricidade, com 66% de origem fóssil, destacando-se o carvão e petróleo. Decorrente disso, e associada ao enfraquecimento da eficiência energética, o uso do carbono é intensivo, resultando na posição de quarto maior emissor de gases de efeito estufa (GEEs) no mundo (MAY, 2008; ZANDONAI, 2015).

Contudo, melhorias do padrão de vida vem sendo alcançadas. A expectativa de vida da população aumentou para 67 anos e a alfabetização já chega a dois terços da população desde 2006. Em relação ao meio ambiente, o governo vem demonstrando uma abordagem nas negociações ambientais relativamente constante, de acordo com Zandonai (2015 p.11), “principalmente em relação à defesa do princípio CBDR²⁸, à priorização do direito ao desenvolvimento e à dependência de abordagens multilaterais”. Esses avanços ocorreram devido a um processo de planejamento econômico nacional, em que são definidas metas quinquenais de crescimento, as quais levaram ao aumento da renda *per capita* e a relativa diminuição da população que vive abaixo da linha da pobreza (MAY, 2008).

4.3.4 Japão

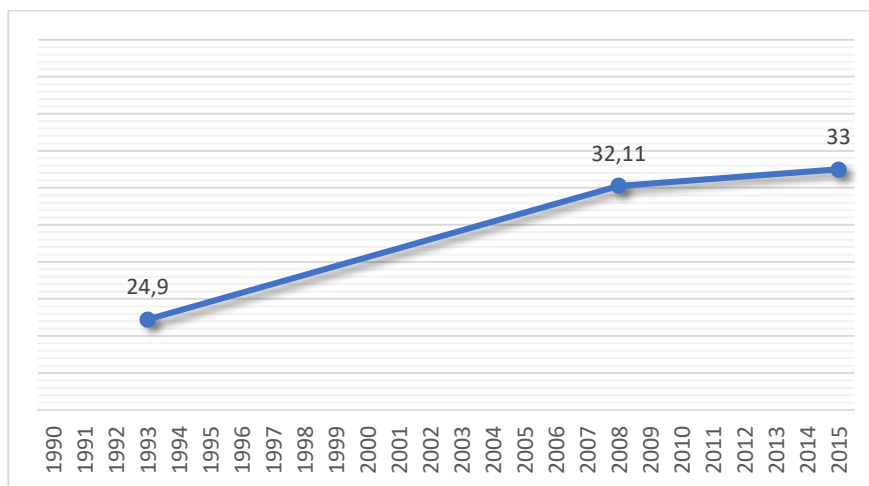
O Japão possui uma posição mediana nos índices de desenvolvimento analisados e, esse cenário está ligado, principalmente, ao seu dinamismo econômico. A partir de 1970 o país adotou uma combinação de políticas e instituições que possibilitassem, além do aumento das taxas de crescimento, uma ascensão social (MASLERO, 1994).

Tentou-se propagar a ideia do país como uma grande família. As empresas se definiam como grandes comunidades, marcadas pela lealdade e comprometimento, além de relações trabalhistas

²⁸ CBDR - *Common But Differentiated Responsibilities*, é um importante princípio estabelecido na Convenção quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, significa as responsabilidades comuns, porém diferenciadas (ZANDONAI, 2015 p.7).

democratizadas. Contudo, houve muitas frustrações²⁹ com esse modelo, e atualmente o país se encontra incapaz de fornecer oportunidades ao crescente número de pessoas que compõem sua população. A dificuldades em relação ao desemprego, fez com que o emprego temporário se tornasse prioridade, para a parcela mais jovem da população. Distanciando cada vez mais o país da grande família que se esperava entre os trabalhadores e firmas (GUIMARÃES; OLIVEIRA; CAMARGO; NETO, 2015). Esse cenário pode ser observado no gráfico 10³⁰, nota-se que o país sofre de um aumento da desigualdade de renda até 2008, e uma aparente estagnação desde então.

Gráfico 10 - Coeficiente de GINI – JAPÃO (1990-2015)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial e da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Outra dificuldade que vem sendo encontrada no Japão diz respeito às mulheres. Na antiga cultura japonesa, em relação ao trabalho, cabendo ao homem acesso aos bons empregos e às mulheres as questões domésticas ou empregos temporários. Uma mudança nesta realidade vem modificando as estruturas familiares japonesas. As mulheres vêm buscando, cada vez mais, empregos que contribuam para uma ampliação da renda familiar, de forma a ajudar no custeio dos

²⁹ Uma grande fonte de dificuldades decorre de mudanças no mercado de trabalho, influenciadas pelo menor fôlego do emprego industrial e pela exportação de parte desses empregos, a qual se soma os efeitos da crise (GUIMARÃES; OLIVEIRA; CAMARGO; NETO, 2015 p.23).

³⁰ Deve-se salientar que há uma importante escassez de dados referentes ao país, dificultando uma melhor análise desse indicador.

custos educacionais da prole, principalmente. E, ao mesmo tempo, devido ao envelhecimento populacional dos japoneses e dos atrasos das instituições de segurança sociais, dedicam-se cada vez mais aos cuidados dos pais e sogros (GUIMARÃES; OLIVEIRA; CAMARGO; NETO, 2015).

Quanto meio ambiente o Japão tem de estar preparado para fenômenos inesperados, como, por exemplo, o terremoto de magnitude 9 na escala Richter, em março de 2011, que atingiu o litoral nordeste do Japão, causando, ainda, um *tsunami*. Esses fatos ocorrem devido o país localizar-se em um arquipélago nos limites de quatro placas tectônicas³¹. O desastre acabou atingindo uma das usinas nucleares do Japão, a de Fukushima, contaminando por radiação toda a região. Desde então, após a reconstrução das áreas afetadas, devido ao questionamento sob esse programa e por estar constantemente sujeito a novos abalos, o governo busca a diminuição do peso de sua energia nuclear na matriz energética japonesa (BALDRAIA, 2016).

Encontra-se hoje no Japão uma grande rigidez da estrutura social. Esta rigidez expressa-se por um dualismo: por um lado, os mais velhos e a população com emprego regular, um grupo relativamente grande de pessoas, que passam praticamente ilesos a esses problemas, pois já possuem uma boa estrutura profissional ou uma boa aposentadoria. E, por outro lado, o restante da população, principalmente os jovens e mulheres, que além de não conseguir se inserir no mercado de trabalho, têm baixa participação política, não possibilitando a consolidação de um programa alternativo que vise essa parcela (GUIMARÃES; OLIVEIRA; CAMARGO; NETO, 2015).

4.3.5 Alemanha

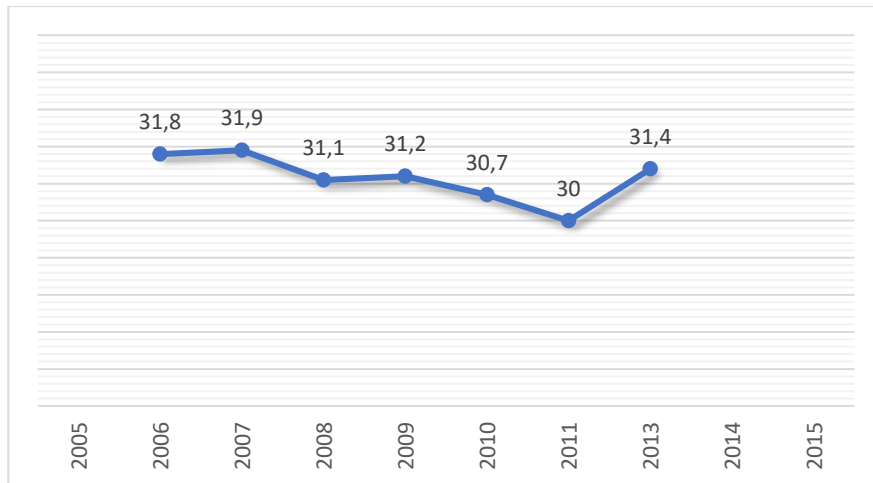
A Alemanha, além de estar entre as cinco maiores potências econômicas, também está entre os cinco países com melhor desenvolvimento humano do mundo, segundo o IDH. Conforme Guimarães (2006 p.25) esse cenário se deu devido aos “salários elevados, distribuição de renda entre as melhores do mundo desenvolvido, taxas de pobreza e criminalidade muito baixas, um abrangente *Welfare State* e desemprego praticamente nulo”, após a II Guerra Mundial.

O capitalismo alemão se organizou com algumas peculiaridades, diferente de outros países desenvolvidos, onde as relações econômicas eram reguladas pelo mercado e hierarquias, a Alemanha contou com diversos mecanismos, onde quem desempenhava esse papel eram as

³¹ Localiza-se nas placas tectônicas Euro-Asiática, das Filipinas, do Pacífico e Norte-Americanas (BALDRAIA, 2016).

associações empresariais e os sindicatos. Dessa forma, o capitalismo assumiu um modelo social (MARINHO, 2010).

Gráfico 11 - Coeficiente de GINI – ALEMANHA (2005-2015)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial.

Esse cenário é possível ser observado no gráfico acima, que demonstra a estabilidade alemã no que tange a desigualdade de renda do país nos últimos anos. Embora esteja ocupando a 21ª posição o país está separado do primeiro colocado, a Ucrânia, apenas pela diferença de 0,061, conseqüentemente sua distribuição de renda pode ser considerada como uma das melhores do mundo (GUIMARÃES, 2006).

A forte participação dos trabalhadores, tanto em negociações coletiva, como diretamente nas decisões das empresas, é um dos traços desse modelo. Em nível nacional são criados sindicatos, suas representações favorecem os negócios, e contribuem para reajustes salariais coordenados e para as baixas taxas de inflação. A nível das firmas, os conselhos trabalhistas possuem autonomia e flexibilidade, monitoradas pelos sindicatos, para que sejam cumpridas as regras do acordo coletivo. Esse mecanismo diminui, por um lado, a ação individual do gerente, limitando a possibilidade de demissão ou redução salarial e, por outro lado, transforma-os em parceiros da firma. Outro aspecto que esse modelo traz é o desempenho das associações empresariais, responsáveis por questões ligadas a indústria. Esse fator estimula a colaboração entre as firmas, com diminuição da desconfiança das empresas em relação ao governo (GUIMARÃES, 2006).

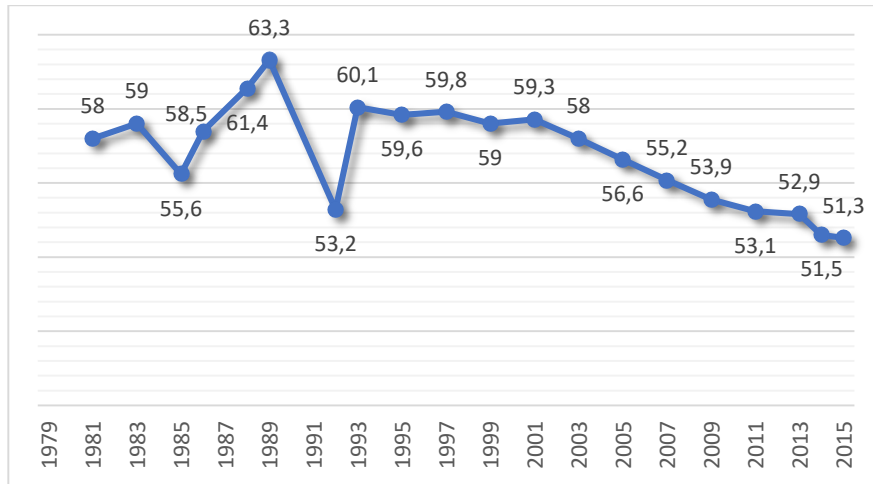
Em relação ao papel do Estado, Guimarães (2006) explica que é atuante na área de transferência tecnológica, no provimento de boa educação, criação de institutos de pesquisa e projetos e, em nível regional, a política industrial, dando incentivos e proteção às pequenas e médias indústrias.

No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, o país foi pioneiro, em 1978, a implementar o primeiro selo ecológico, “Anjo Azul”, que rotulava os produtos considerados como ecologicamente corretos. Desde então a participação ativa do país no tema, vem fazendo com que se consolide, ano a ano, na dianteira de uma responsabilidade socioambiental. Dessa maneira, a partir dos anos 2000 o governo baseia-se em estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável, buscando alcançar uma igualdade entre as gerações, a qualidade de vida, a disparidade social e a responsabilidade internacional (NASCIMENTO, 2012).

Contudo, essa excelência do modelo alemão depende, conforme expôs Guimarães (2006, p. 31-32) “de inovações conduzidas por uma mão-de-obra qualificada e comprometida com a empresa. (...) requer-se autonomia dos trabalhadores, que acumulam amplo conhecimento do processo e capacidade de resolver os problemas”, dessa forma, para que o esse modelo funcione é preciso cooperação e comprometimento de todos os envolvidos. Embora esse modelo tenha passado por diversas mudanças em seu curso, continua distintivo.

4.3.6 Brasil

Apesar de apresentar um contexto positivo em relação ao crescimento econômico, estando entre as dez nações mais ricas do mundo, o Brasil ainda possui muitas limitações, como a inadequada infraestrutura e a relativamente baixa qualidade dos serviços públicos, quando se compara aos países de renda média (SANTANA, 2012). Em relação aos países selecionados, o Brasil é o que apresenta a maior desigualdade entre a população, mesmo com a relativa diminuição ocorrida nos últimos anos (o índice de GINI caiu de 63,3 em 1989, para 51,3 em 2015), como pode ser observado no Gráfico 12, abaixo:

Gráfico 12 - Coeficiente de GINI – BRASIL (1979-2015)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial.

A cultura escravagista está entre um dos determinantes históricos desse quadro. Por ter sido um dos últimos países a abandonar o trabalho dos escravos, o Brasil, aumentou a distância existente entre a nobreza e o resto da população, estando, assim, indissociável do passado a questão de concentração de renda. Os diagnósticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a menor apropriação de renda ocorre, atualmente, na população negra ou parda, que concentra também os menores índices de escolaridade. Essa exclusão racial pode ser vista também, por exemplo, na violência urbana, onde o número de assassinatos de negros é acima do dobro dos assassinatos de brancos (SILVA; JUNIOR, 2016).

Nesse sentido, May (2008) conclui que as disparidades do Brasil originam-se de sua herança colonial, e agravando-se ao longo do tempo levam o país a ser considerado atualmente como umas das sociedades mais desiguais do mundo, tendo cerca de 23% da população vivendo abaixo da linha de pobreza extrema. Decorrente disso, de acordo com Cavalcanti (2014) a concentração de renda no Brasil aumenta pelo modo como se consolidou a industrialização, durante todo o processo de desenvolvimento o país manteve propensão à concentração dos recursos e a dependência externa. As altas taxas de crescimento durante os anos de 1950, 1960 e 1970, levaram o país a evidenciar alta deterioração dos índices de desigualdade. Essa situação ocorreu devido à priorização das taxas de crescimento, inferiorizando os efeitos de equidade, levando a graves

questões estruturais e grande disparidade na distribuição da renda, não só entre os setores, mas também entre as regiões do país.

Ainda, a industrialização, aliada ao crescimento econômico, no país, trouxe junto a alta taxa de inflação, essa tem como característica um efeito contrário ao processo social, sendo que reduz a renda real devido ao aumento dos preços, resultando negativamente para a sociedade, piorando a desigualdade. Nos anos 1990 chega-se a estabilização da inflação, através do Plano real, porém se deu à custo da elevação das taxas de desemprego, essa expansão do desemprego, consequentemente esperava-se a elevação, também, da desigualdade de renda. No entanto, o que ocorreu foi a estabilização das disparidades, com uma leve tendência a redução, como é possível verificar no gráfico 12, e pode ser explicada por essa queda da pressão inflacionária, notada pela população mais carente (CAVALCANTI, 2014).

Essa tendência à queda da desigualdade foi relativamente ampliada na década seguinte com a adoção, por parte do governo, de programas sociais³² de distribuição de renda e moradia, levando a um certo alívio da pobreza, porém não o suficiente para uma transformação estrutural do país, que fosse capaz de repor a dívida social com a população (CALVACANTI, 2014).

Há também grandes desafios na proteção ambiental, no desenvolvimento de combinações para benefícios do crescimento agrícola e no desenvolvimento sustentável. No entanto, desde a conferência das Nações Unidas, conhecida como Rio-92 ou Eco-92, referente ao Meio Ambiente e Desenvolvimento, o país vem exercendo papel ativo na questão de desenvolvimento sustentável. Como explica Zandonai (2015, p.10) apresenta, em meio as negociações sobre o clima três pilares: “a defesa do direito ao desenvolvimento, da soberania sobre os recursos naturais e pelo princípio da CBDR. É interessante salientar que devido o país possuir uma matriz energética praticamente limpa, dá-lhe uma posição vantajosa à essas negociações, pois obtém um baixo custo para as reduções de emissão, que provem, cerca de 60%, do desmatamento e do uso da terra.

A distribuição social abrange, também, a questão do gênero. Embora já possa ser percebido uma alteração nesse quadro, o resquício da histórica desigualdade de gênero ainda persiste, não só no mercado de trabalho, mas também em questões políticas e nos direitos civis. No mercado de trabalho, ainda hoje, é notável a diferença de remuneração entre homens e mulheres, tanto no trabalho formal como no informal (SILVA; JUNIOR, 2016).

³² No governo Lula (2003-2011) foram adotados programas sociais, tais como, Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida.

Em relação a saúde, a taxa de mortalidade infantil vem sendo reduzida ao longo das últimas três décadas no país, porém seu valor ainda é alto quando comparado com países de renda média, similar a brasileira (no Brasil a taxa de mortalidade foi de 13,82% por mil nascidos vivos (2000-2015), enquanto, por exemplo, no Chile é de 7,1% e no Uruguai de 9,5%). Esse cenário está diretamente relacionado a existência de uma parcela pobre e miserável na população, pois é nesta que residem situações de má nutrição, seguida de diarreia, maior causa da mortalidade infantil e característica típica de países pobres (SILVA; JUNIOR, 2016).

Na definição de Silva e Junior (2016 p.136) “o Brasil tornou-se um país de poucos privilegiados e muitos excluídos, uma democracia incompleta”. A desigualdade se encontra tão enraizada que a população já a vê como natural, e uma saída para essa má distribuição seria a adoção de políticas sociais que abrangessem tal parcela populacional, não só com a distribuição de renda, mas com a melhoria da qualidade de ensino, por exemplo, dando chance a essa população mais carente de migrar de seu quadro social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo Desenvolvimento Econômico, embora apareça subscrito nas entrelinhas dos antigos autores econômicos, é uma abordagem recente que emerge com mais vigor a partir do século XX. Na esteira de uma ideia em construção, várias vertentes de entendimento acerca do fenômeno são desenvolvidas, não havendo consenso entre os autores e os estudiosos sobre sua melhor definição. No entanto, as experiências recentes sinalizam que entender o desenvolvimento apenas como crescimento econômico não se faz suficiente para considerar o país como, de fato, desenvolvido. Dessa forma faz-se necessário levar em conta, para além do crescimento, aspectos sociais do desenvolvimento.

Ao passo que o desenvolvimento toma espaço nos planejamentos governamentais, tem-se a necessidade de encontrar formas de mensuração para seus resultados, as quais contemplem observar os avanços nas várias dimensões entendidas como pertencentes ao processo de desenvolvimento. Para tanto, são usados dos indicadores de desenvolvimento, os quais evoluem com o entendimento do processo. Através deles torna-se possível obter, quantitativamente, a direção que o país vem caminhando, ao mesmo tempo que atua como instrumento para a tomada de decisão.

Contudo, com as diferentes conceituações do desenvolvimento estabelece-se, conseqüentemente, diferentes elaborações metodológicas para os indicadores. Desse modo, com base nas revisões teóricas, foi possível perceber que medidas clássicas, como o PIB, possuem algumas restrições. A identificação desses problemas ajudou e levou à elaboração de novas medidas, mais condizentes com a realidade, que sejam capazes de ilustrar efetivamente o desenvolvimento econômico. Porém, mesmo com a sequência de evolução, embora apresentem um progresso metodológico, ainda não se alcançou um indicador síntese. Nesse sentido, para que se obtenha um panorama mais real de determinado lugar é necessário a utilização de múltiplos indicadores de desenvolvimento.

A partir disso, o estudo foi elaborado com o propósito de verificar se, as cinco maiores potências econômicas e o Brasil, medidos por diferentes indicadores se manteriam desenvolvidos. Para isso foram escolhidos indicadores que englobassem diferentes metodologias, sendo: o PIB (PPC), que traz a ideia de renda nacional; o índice de GINI, apontando a desigualdade de renda dentre a população; o IDH, representando o desenvolvimento econômico e; o FIB, o indicador mais

atual, dentre os quatro, que traz em sua metodologia nove diferentes dimensões para o desenvolvimento, e nos apresenta, assim, o grau de felicidade do país.

Após os diversos conflitos em âmbito nacional e internacional, os países selecionados – China, Estados Unidos, Índia, Japão, Alemanha e Brasil – chegaram ao crescimento de forma única, ou seja, ao explorar historicamente os países foi possível distinguir suas peculiaridades, seja na forma como se tornaram independentes ou como são governados, ou ainda, quando se deu introdução da indústria e a abertura comercial em meio a um mundo globalizado, onde um país depende de outro, as conexões internacionais se expandem rapidamente.

Em resposta ao objetivo proposto, é possível concluir que mesmo sendo considerado como uma grande potência econômica, o país pode não ser de um todo desenvolvido. Exemplo disso é a China, o país que ocupa o primeiro lugar do PIB (PPC), ocupa uma posição bem inferior no índice de GINI (95º posição), demonstrando a aparente divisão e desigualdade de renda existente no Estado. Essas disparidades, tanto salarial, como entre as regiões urbana e rural, acabam refletindo no desenvolvimento humano da região (ocupando o 90º lugar no IDH), e, conseqüentemente, na felicidade da população (79º no FIB).

Os Estados Unidos, embora demonstrem um elevado desenvolvimento econômico e um bom desenvolvimento humano, sofre com um grau de desigualdade considerado preocupante. O maior problema, nesse sentido, é que se encontra no país um alto nível de discriminação, por parte dos governantes, voltado aos imigrantes, negros, mulheres, crianças, etc., deixando de lado as políticas públicas direcionadas à essa parcela populacional.

Enquanto isso, na Índia, com a maior parte da população fiel ao bramismo, tem-se um grande número de habitantes vivendo em baixas condições de vida e sem interesse nenhum em mudar a posição social, desfecho de crenças da religião local. O que resulta desse cenário é o alto índice de pobreza no país. A economia indiana apresenta, segundo o PIB (PPC), a terceira maior economia do mundo, sua desigualdade encontra-se estável, possível consequência da posição descrita acima, em que o indivíduo se rotula em uma classe social, porém seu IDH é extremamente desfavorável, bem como a felicidade da população (estando respectivamente na 131º e 122º posição).

O Japão, quarta maior economia do mundo, mostra-se nos outros indicadores nem como desenvolvido, nem como não desenvolvido. Embora falte políticas voltadas à parcela mais jovem da população, o país está na 17º no IDH, e no FIB a 51º, enquanto é o 35º no índice de GINI.

A quinta maior economia do mundo, embora apresente um valor mais reduzido no PIB (PPC) que as duas primeiras, é sem dúvida a mais desenvolvida dos países selecionados. A desigualdade de renda existente na Alemanha é baixa, bem como mostra-se com um alto desenvolvimento humano e uma população quantitativamente feliz. Esses resultados refletem a política social, além da econômica, instalada no país desde antes de sua reunificação, e a fundamental colaboração de toda a população para o êxito dos programas.

O Brasil apresenta um desenvolvimento econômico favorável, ocupando a sétima posição no PIB (PPC), porém seu desempenho na desigualdade de renda é muito baixo (143ª posição). O país apresenta problemas visíveis de disparidades, segundo alguns autores oriundas da época da escravidão, uma cultura que deve ser deixada de lado. A desigualdade entra a população, entre as regiões, problemas com saúde e educação, entre outros, levando o desenvolvimento humano decair, conforme o IDH, o país está na 79ª do desenvolvimento. Contudo, embora os problemas encontrados no país, a felicidade do brasileiro mostra-se existir (22º no FIB), reflexo de uma cultura que vê os problemas como naturais do país, com expectativa de um futuro melhor.

Vale então dizer que crescimento não traz desenvolvimento? Dependendo da ótica a qual estamos analisando pode-se dizer que sim, as condicionalidades que o desenvolvimento requer não dependem unicamente do capital que o país possui, problemas sociais precisam estar na pauta dos governantes. O elevado nível de capital pode, ainda, esconder problemas sociais graves dentro desses países, muitas vezes mascarados pelo próprio governo, para passar a imagem de nação desenvolvida, como, por exemplo, é o caso dos Estados Unidos, com a discriminação. A qualidade de vida, a liberdade, a felicidade são, e devem ser respeitadas em todas as esferas sociais de qualquer nação, seja ela desenvolvida ou em desenvolvimento. Dessa forma, pode-se afirmar que o crescimento traz, sim, possibilidades ao Estado, o capital quando bem aplicado, para além do âmbito econômico, englobando fatores sociais e ambientais, é que trará desenvolvimento ao país.

Destaca-se como principal limitação a questão dos determinantes da análise realizada. Tendo em vista o curto espaço de tempo para o aprofundamento da pesquisa, além da deficiência bibliográfica que se tem em alcance, principalmente relacionado ao desenvolvimento dos países selecionados, permitem que se especulem alguns motivos, porém não respondem claramente a essa questão. Por conta dessa consequência, pretende-se em prováveis estudos futuros, em continuidade ou semelhantes a esse, verificar a possível existência de outros determinantes capazes de fechar

essa lacuna, Assim como, estudos que englobem o desenvolvimento via território, ou seja, o desenvolvimento endógeno ou regional.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E. L.; ARAÚJO, E. **Inserção externa e desenvolvimento econômico: um estudo das experiências brasileira e chinesa no período 1990-2008.** Revista NUPEM, vol. 2, nº 2. Campo Mourão, 2010.
- ARNDT, H. W. **Desenvolvimento Econômico: A história e uma ideia.** Brochura, 1989.
- ARNO, A. G. JOIA, A. L. **Geografia: leituras e interações, volume 2.** São Paulo: Leya, 2016.
- ARRUDA, M. **As nove dimensões do FIB.** 2009. Disponível em: <http://30anos.pacs.org.br/wp-content/uploads/2016/10/PUB_MA_2009_003.pdf> Acesso em: 11 de abril de 2017.
- BACAR, H. NAAFS, A. **Paridade do Poder de Compra (PPC).** 2001. Disponível em <<https://www.ircwash.org/sites/default/files/Bacar-2011-Paridade.pdf>> Acesso em: 02 de setembro de 2017.
- BALDRAIA, A. **Geografia.** São Paulo: Edições SM, 2016. – (Coleção ser protagonista).
- BANIK, A. PADOVANI, F. **Índia em transformação: o novo crescimento econômico e as perspectivas pós-crise.** Revista Sociol. Polit., v. 22, n. 50, p. 67-93, jun. 2014.
- BEKERMAN, M. DULCICH, F. MONCAUT, N. **Transformações recentes da economia chinesa: Impacto sobre suas relações comerciais com a América Latina.** Revista tempo do Mundo, 5 (1): 5-43, 2013.
- BRANDÃO, C. **A impossibilidade de uma teoria geral e abstrata do desenvolvimento.** 2008. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper36.pdf>> Acesso em: 08 de abril de 2017.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico.** 2006. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>> Acesso em: 12 de abril de 2017.
- _____. **A reforma do estado dos anos 90: Lógica e mecanismo de controle.** 1998. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n45/a04n45.pdf>> Acesso em: 27 de agosto de 2017.
- _____. **Crise e recuperação da confiança.** Revista de Economia Política, vol. 29, nº 1 (113), pp. 133-149, janeiro-março/2009.
- CARDOZO, A. M. LACERDA, J. M. A. F. **Índia, da política protecionista à inserção internacional: oportunidades e desafios na política externa e econômica no contexto pós-reformas econômicas de 1991.** Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 3 (1), 2012.

CARVALHO, L. M. B. **Estados unidos: imigração e desigualdades sociais.** 2006. Disponível em <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1131/1083>> Acesso em: 22 de outubro de 2017.

CARVALHO, P. M. A. R. M. **60 anos de política externa econômica japonesa.** Lusíada. Política Internacional e Segurança, p. 171-197, n.º 6/7 (2012).

CAVALCANTI, G. M. P. **Desigualdade de renda e crescimento econômico nos BRICS.** 2014. Disponível em <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10126/1/2014_GiuliaMariaPereiraCavalcanti.pdf> Acesso em: 05 de outubro de 2017.

CAVALHEIRO, F. F. **Uma abordagem sobre a demonstração do valor adicionado e sua relação com o PIB.** 2010. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/27224>> Acesso em: 14 de junho de 2017.

CINTRA, M. A. M. PINTO, E. C. **China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento.** Brazilian Journal of Political Economy 37 (2), 2017 • pp. 381-400

COSTA, A. B. **O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter.** 2006. Disponível em <http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_7471schumpeteb_pob_costa_pdf.pdf> Acesso em: 13 de maio de 2016.

CZIMIKOSKI, F. **O PIB reflete o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico?** 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/134839/Monografia%20do%20Fernando%20Czimikoski.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 29 de Maio de 2017.

DATHEIN, R. **De Bretton Woods à Globalização Financeira: Evolução, Crise e Perspectivas do Sistema Monetário Internacional.** 2003. Disponível em <https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2017/02/TD05_2003_dathein.pdf> Acesso em: 18 de agosto de 2017.

EASTERLIN, R. A. **Does Money Buy Happiness?.** *The Public Interest*, numero 30, p. 1-10, winter, 1973. Disponível em <http://www.nationalaffairs.com/doclib/20080527_197303001doesmoneybuyhappinessrichardaeasterlin.pdf> Acesso em: 25 de setembro de 2017.

EICHENGREEN, B. **A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional.** São Paulo: Editora 34, 2000.

EnANPAD. XXXVI Encontro da ANPAD. **Felicidade Interna Bruta: um estudo na cidade de Lavras - MG.** 2012. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_APB1436.pdf> Acesso em: 02 de junho de 2017.

ESPINDOLA, J. D. M. VERGARA, P. M. **O Japão face à aliança norte-americana: a redefinição do papel japonês como liderança mundial.** 200-. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo7.pdf>> Acesso em: 25 de agosto de 2017.

- ESTEDES, R. B. **Política Monetária para saída da crise:** Japão nos anos 90 e Estados Unidos atualmente. 2010. Disponível em <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Rafael_Bouhid_Estides.pdf> Acesso em: 27 de agosto de 2017.
- FEIJÓ, C. A.; OLINTO, R. L. **Contabilidade Social:** A nova referência das Contas Nacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- FEIJÓ, R. **Desenvolvimento econômico:** Modelos, Evidências, Opções Políticas e o Caso Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2007.
- FERRAZ, F. C. **Crise financeira global:** impactos na economia brasileira, política econômica e resultados. 2013. Disponível em <<http://www.ie.ufrj.br/images/po-s-graduacao/ppge/FernandoFerraz.pdf>> Acesso em: 28 de agosto de 2017.
- FERREIRA, P. M. **A ajuda ao desenvolvimento:** Revisão do conceito e novas abordagens. 2014. Disponível em <<http://www.imvf.org/ficheiros/file/brief1junho2014.pdf>> Acesso: 16 de setembro de 2017.
- FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas:** o modelo lógico do programa segundo tempo. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.
- FRAGA, J. S. STRACHMAN, E. **Crise financeira:** o caso japonês. Nova Economia_Belo Horizonte_23 (3)....-..._setembro-dezembro de 2013.
- FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento.** São Paulo: Abril Cultura, 1983.
- _____. **Introdução ao desenvolvimento:** enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. **Os desafios da nova geração.** 2004. Disponível em <<http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/mensajefurtado.pdf>> Acesso em: 05 de outubro de 2017.
- GASPAR, R. C. **A trajetória da economia mundial:** da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. Cad. Metrop., São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 265-296, 2015.
- GONTIJO, C. **Os mecanismos de funcionamento do “padrão-ouro”:** uma visão crítica. Economia e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 1 (50), p. 243-280, abr. 2014.
- GUIMARÃES, A. Q. **O capitalismo coordenado alemão:** do boom do pós-guerra à agenda 2010. Lua Nova. São Paulo, 66: 23-56, 2006.
- GUIMARÃES, A. Q. OLIVEIRA, A. M. de. CAMARGO, R. T. D. NETO, P. O. **Instituições e desenvolvimento no Japão: modelo de capitalismo, trajetória pós 1990, desafios atuais.** Rev. Sociol. Polit., v. 24, n. 60, p. 3-28, dez. 2016

GUIMARÃES, A. Q. BARBOSA, F. C. COSTA, G. O. NATALINO, E. NETO, P. **Alemanha: o modelo de capitalismo social e os desafios no limiar do século XXI.** Rev. Sociol. Polit. vol.22 no.51 Curitiba July/Sept. 2014

HERCULANO. S. C. **A qualidade de vida e riscos ambientais.** Niterói: Eduff, 2000.

HERMANN, P. T. V. **Indicadores da atividade econômica na China.** 2013. Disponível em <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2013/relatorios_pdf/ccs/ECO/ECO-Pedro%20Thomas%20Vilela%20Hermann.pdf> Acesso em: 28 de agosto de 2017.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão.** Petrópolis: Vozes, 1998.

HOFF, D. N. **A construção do desenvolvimento sustentável através das relações entre as organizações e seus Stakeholder.** 2008. 425f. Tese (Doutorado em Agronegócio) – do Centro e Estudos e Pesquisas em Agronegócios da Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

HOFFMANN, R. **Estatística para Economistas.** São Paulo: Cengage Learning, 2011.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, M. **História do pensamento econômico.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IPEA. **Perspectivas do Desenvolvimento Brasileira.** Livro 10. 2010. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3305/1/livro10_perspectivasdodesenvolvimento.pdf> Acesso em: 26 de agosto de 2017.

JUNIOR, H. De J. **Rumo ao “estado normal”:** A política de defesa do Japão desde o Fim da Guerra Fria. 2008. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13353/13353_1.PDF> Acesso em: 26 de agosto de 2017.

JUNIOR, A. De S. P. **A mundialização financeira e os acordos de regulamentação bancária:** um estudo da evolução do primeiro acordo de capital para o novo acordo de capital. 2008. Disponível em <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293392>> Acesso em: 19 de agosto de 2017.

JUNIOR, E. P. **Índice de GINI.** In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

KIELING, L. M. **O índice de desenvolvimento humano:** adaptações metodológicas e práticas no Brasil. 2014. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/124693/Monografia%20da%20Luisa%20Michels%20Kieling.pdf?sequence=1>> Acesso em 07 de Junho de 2017.

LAPORTA, T. **Entenda o cálculo do PIB:** Saiba como o resultado deste indicador influencia a sua vida e as diferentes esferas da economia brasileira. 2014. Disponível em

<<http://economia.ig.com.br/2013-03-01/entenda-o-calculo-do-pib.html>> Acesso em: 03 de junho de 2017.

LASAGNO, C. G. S. **China e Estados Unidos: aumento e estreitamento das relações comerciais e a possibilidade de competição hegemônica.** 2015. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/134827/Monografia%20do%20Caio%20Lasagno.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 19 de agosto de 2017.

LOURENÇO, G. M.; ROMERO, M. **Indicadores Econômicos.** 2007. Disponível em <<http://euler.mat.ufrgs.br/~viali/estatistica/mat2007/material/textos/indicadoreseconomicos.pdf>> Acesso em 27 de maio de 2017.

LUTOSA, A. E.; MELO, L. F de. **Felicidade Interna Bruta (FIB) - Índice de Desenvolvimento Sustentável.** 2010. Disponível em <<http://base.socioeco.org/docs/artigo05.pdf>> Acesso em: 04 de junho de 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnica de Pesquisa;** 6ª Ed. 3º Reimpressão. São Paulo, Editora Atlas, 2009.

MARINHO, A. Z. **Alemanha reunificada: Seu desenvolvimento econômico.** 2010. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Amanda_Marinho/publication/258451654_Alemanha_Reunificada_Seu_Developolvimento_Economico/links/55a79f2908ae345d61db6057/Alemanha-Reunificada-Seu-Desenvolvimento-Economico.pdf> Acesso em 20 de agosto de 2017.

MARTINEZ, R. VIDAL, W. P. G. **Contato Geografia.** São Paulo: Quinteto Editorial, 2016. – (Coleção #Contato Geografia).

MASLERO, G. **Organização e trabalho no Japão.** Revista de Administração de Empresas / EAESP / FGV, São Paulo, 1994.

MAY, P. H. **Como superar as contradições entre crescimento e sustentabilidade?** Inovações institucionais nos BRICS. 2008. Disponível em <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/vii_en/mesa2/trabalhos/como_superar_contradicoes_entre_crescimento_e_sustentabilidade.pdf> Acesso em 05 de outubro de 2017.

MEDEIROS, C. A. de. **Uma abordagem estruturalista das desigualdades de renda na China contemporânea.** Rev. Tempo do Mundo, 3 (3): 99-121. 2011.

MORAES, G. T. de. **Questões demográficas na Índia e China.** 2011. Disponível em <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/2145/doc/1776822071.pdf>> Acesso em: 04 de outubro de 2017.

MOREIRA, J. C. SENE, E. **Geografia Geral e do Brasil: Espaço geográfico e globalização.** São Paulo: Scipione, 2016.

NASCIMENTO, L. F. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. 2012. Disponível em <http://www.ufjf.br/engsanitariaeambiental/files/2012/09/Livrotexto_Gestao_Ambiental_Sustentabilidade2.pdf> Acesso em: 02 de novembro de 2017.

OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, J. M.; LAGES, A. M. G.; DANTAS, N. F. **Indicadores de desenvolvimento: Uma resenha em construção**. 2015. Disponível em <https://www.researchgate.net/profile/Andre_Lages/publication/51013120_Indicadores_de_Developolvimento_Uma_Resenha_em_Construcao/links/55a4030c08ae5e82ab1f2bec.pdf?origin=publication_detail> Acesso em: 15 de Abril de 2017.

PERES, S. C. ARAÚJO, E. C. **Inserção externa e desenvolvimento econômico dos BRIC no período pós-Bretton Woods**. Revista Economia Ensaios, Uberlândia (MG), 25 (2), p. 71-100, Jan./Jul. 2011.

PINHO, M. **Macroeconomia: Teoria e Prática Simplificada**. Lisboa: Cafilesa, 2015.

PINTO, N. G. M. CORONEL, D. A. **Comparação entre índices de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul**. 2014. Disponível em <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/viewFile/5275/3671>> Acesso em: 21 de setembro de 2017.

PLIHON, D. **A Globalização Financeira**. Colóquio Pobreza, Dívida Externa e as Três Instituições Irmãs: FMI, Banco Mundial e OMC. Faculdade de Economia Universidade de Coimbra, 2007.

PNUD - **Programa das Nações Unidas**. 2017. Disponível em <<http://www.undp.org/content/undp/en/home/ourwork/sustainable-development/overview.html>> Acesso em: 07 de junho de 2017.

QUEIROZ, J. M. **Desenvolvimento econômico, inovação e meio ambiente: a busca por uma convergência no debate**. 2011. Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201111011217390.CD9_artigo_6.pdf> Acesso em 04 de junho de 2017.

RODRIGUES, P. H. B. Z. **BRICS: Uma análise na perspectiva da teoria do Desenvolvimento Econômico**. 2013. Disponível em <<http://cnm.ufsc.br/files/2014/01/Monografia-do-Pedro-Henrique-Badary.pdf>> Acesso em: 27 de maio de 2017.

ROSSETTI, J. P. **Contabilidade nacional: uma abordagem introdutória**. 3.ed.rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1982.

SACHS, I. **As cinco dimensões do ecodesenvolvimento**. 1993, pág. 37 e 38. Disponível em <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/128119/Sachs%20Ignacy%20dimensoes%20DS.pdf?sequence=27&isAllowed=y>> Acesso em 13 de Maio de 2017.

SANPIERI, R. H.; COLLADO; LUCIO, P. B. **Metodologia de la investigación**. México: McGraw-Hill, 2006.

SANTANA, N. B. **Crescimento econômico, desenvolvimento sustentável e inovação tecnológica** – uma análise de eficiência por envoltória de dados para os países do BRICS. 2012. 216f. Tese (Doutorado em Ciências) – na Escola de Engenharia de São Carlos, 2012.

SANTOS, C. R. dos. **Um novo conceito de desenvolvimento econômico**: um estudo comparativo entre Brasil e China. 2011. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/120984/santos_cr_tcc_arafcl.pdf?sequence=1> Acesso em 05 de outubro de 2017.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRA, J. **Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira de pós-guerra**. Revista de Economia Política, Vol. 2/2, Nº 6, abril-junho/1982.

SIEDENBERG, D. R. **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico**. Editora Unijuí, 2003 p. 45-71.

SILVA, E. A. C. JUNIOR, L. F. **Geografia em rede**. São Paulo: FTD, 2016. - (Coleção Geografia em rede).

SILVA, L. D. **Desenvolvimento segundo David Ricardo**. 2008. Disponível em <<http://www.webartigos.com/artigos/desenvolvimento-segundo-david-ricardo/3704/>> Acesso em: 03 de junho de 2017.

SILVA, R. G-Eco: **Sobre a Paridade do Poder de Compra (PPC) e sua validade no Brasil**. 2016. Disponível em <<https://roselilva.wordpress.com/2016/10/05/g-eco-sobre-a-paridade-do-poder-de-compra-ppc-e-sua-validade-no-brasil/>> Acesso em: 02 de setembro de 2017.

SMOLIAK, F. S.; MAYBUK, S. L. **Os primórdios dos indicadores econômicos e sociais**. Disponível em <http://www.fecilcam.br/anais/vii_enppex/PDF/economia/16-economia.pdf> Acesso em: 16 de junho de 2017.

SOLIGO, V. **Indicadores**: conceito e complexidade do mensurar em estudos e fenômenos sociais. 2012. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/1926/3184>> Acesso: 15 de abril de 2017.

SOUZA, F. R. **Impacto do preço do petróleo na política energética mundial**. 2006. Disponível em <<http://www.ppe.ufrj.br/ppes/production/tesis/souzafr.pdf>> Acesso em: 15 de setembro de 2017.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, P. H. G. F. **Os efeitos das desigualdades regionais sobre a desigualdade interpessoal da renda no Brasil, nos Estados Unidos e no México.** Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2013.

SOUZA, J. G. SPINOLA, N. D. **Medidas de desenvolvimento econômico.** RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano XIX - V. 1 - N. 36 - Abril de 2017

TEIXEIRA, A. **Estados Unidos: a “curta marcha” para a hegemonia.** In: FIORI, J. L. (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

TEIXEIRA, M. D. de J.; SOUSA, L. V. de C.; FARIA, A. M. de M. **Bem-estar fundamental e econômico: uma análise crítica do PIB e dos indicadores de sustentabilidade.** R. gest. sust. ambient., Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 4 - 40, abr./set. 2017.

TERRA, L. ARAUJO, R. GUIMARÃES, R. B. **Conexões: Estudo de Geografia Geral e do Brasil.** São Paulo: Moderna, 2016.

URA, K. ALKIRE, S. TSHOKI, Z. **GNH and GNH Index.** The Centre for Bhutan Studies, 2012.

URA, D. K. et al. **The Gross National Happiness Index of Bhutan: Method and Illustrative Results.** The Centre for Bhutan Studies, OPHI, Univ. of Oxford, 12 october, 2011, OECD.

VIEIRA, A. C. **O dialogo sustentável entre o direito do comércio internacional e o direito à água.** 2013. 308f. Tese (Doutorado em Direito) – da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2013.

ZANDONAI, R. **O BRICS na arena de migração das mudanças climáticas.** 2015. Disponível em < <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/MOREIRA-2015-Os-BRICS-na-Arena-de-Mitiga%C3%A7%C3%A3o-das-Mudan%C3%A7as-Clim%C3%A1ticas.pdf>> Acesso em: 02 de Novembro de 2017.

ANEXOS

ANEXO A - Ranking do Coeficiente de GINI

POSICÃO	PAÍS	ÍNDICE DE GINI	ANO
1º	Ukraine	24,09	2014
2º	Slovenia	25,59	2012
3º	Norway	25,9	2012
4º	Slovak republic	26,12	2012
5º	Czech Republic	26,13	2012
6º	Kazakhstan	26,33	2013
7º	Kosovo	26,71	2013
8º	Kyrgyz Republic	26,82	2014
9º	Moldova	26,83	2014
10º	Iceland	26,94	2012
11º	Finland	27,12	2012
12º	Belarus	27,18	2014
13º	Sweden	27,32	2012
14º	Romania	27,45	2013
15º	Belgium	27,45	2012
16º	Netherlands	27,99	2012
17º	Albania	28,98	2012
18º	Ukraine	29,98	1999
19º	Serbia	29,06	2013
20º	Denmark	29,08	2012
21º	Germany	30,13	2011
22º	Austria	30,48	2012
23º	Hungary	30,55	2012
24º	Pakistan	30,69	2013
25º	Cambodia	30,76	2012
26º	Tajikistan	30,76	2014
27º	São Tome and Principe	30,82	2010
28º	Armenia	31,48	2014
29º	Timor-Leste	31,56	2007
30º	Switzerland	31,64	2012
31º	Azerbaijan	31,79	2008
32º	Montenegro	31,93	2014
33º	Mongolia	32,04	2014
34º	Polando	32,08	2014
35º	Japan	32,11	2008
36º	Bangladesh	32,13	2010
37º	Mauritania	32,42	2014
38º	Croatia	32,51	2012
39º	Ireland	32,52	2012
40º	United Kingdom	32,57	2012

41°	Nepal	32,84	2010
42°	Mali	33,04	2009
43°	France	33,1	2012
44°	Estonia	33,15	2012
45°	Ethiopia	33,17	2010
46°	Burundi	33,36	2006
47°	Canada	33,68	2010
48°	Guinea	33,73	2012
49°	Bosnia and Herzegovina	33,83	2011
50°	Niger	33,99	2014
51°	Sierra Leone	33,99	2011
52°	Cyprus	34,31	2012
53°	West Bank and Gaza	34,46	2009
54°	Luxemburg	34,79	2012
55°	Australia	34/94	2010
56°	India	35,15	2011
57°	Lithuania	35,15	2012
58°	Italy	35,16	2012
59°	Uzbekistan	35,27	2003
60°	Burkina Faso	35,3	2014
61°	Sudan	35,39	2009
62°	Latvia	35,48	2012
63°	Tunisia	35,81	2010
64°	Mauritius	35,84	2012
65°	Spain	35,89	2012
66°	Bulgaria	36,01	2012
67°	Portugal	36,04	2012
68°	Liberia	36,48	2007
69°	Greece	36,68	2012
70°	Vanuatu	37,19	2010
71°	Iran, Islamic Rep.	37,35	2013
72°	Vietnam	37,59	2014
73°	Kiribati	37,61	2006
74°	Tanzania	37,78	2011
75°	Thailand	37,85	2013
76°	Lao PDR	37,89	2012
77°	Tonga	38,1	2009
78°	Maldives	38,37	2009
79°	Bhutan	38,81	2012
80°	Sri Lanka	39,16	2012
81°	Indonesia	39,47	2013
82°	Georgia	40,09	2014
83°	Turkey	40,18	2013
84°	Trinidad and Tobago	40,27	1992
85°	Senegal	40,29	2011

86°	Morocco	40,72	2006
87°	Turkmenistan	40,77	1998
88°	Uganda	41,01	2012
89°	United States	14,06	2013
90°	Tuvalu	41,1	2010
91°	Russian Federation	41,59	2012
92°	Uruguay	41,6	2014
93°	El Salvador	41,84	2014
94°	Congo, Dem. Rep.	42,1	2012
95°	China	42,16	2012
96°	Gabon	42,18	2005
97°	Micronesia, Fed. Sts.	42,46	2013
98°	St. Lucia	42,58	1995
99°	Madagascar	42,65	2012
100°	Argentina	42,67	2014
101°	Samoa	42,69	2008
102°	Angola	42,72	2008
103°	Ghana	42,77	2005
104°	Fiji	42,78	2008
105°	Israel	42,78	2010
106°	Nigeria	42,97	2009
107°	Philippines	43,04	2012
108°	Zimbabwe	43,15	2011
109°	Cote d'Ivoire	43,18	2008
110°	Chad	43,32	2011
111°	Benin	43,44	2011
112°	Papua New Guinea	43,88	2009
113°	Macedonia, FYR	44,05	2008
114°	Djibouti	44,13	2013
115°	Peru	44,14	2014
116°	Guyana	44,55	1998
117°	Ecuador	45,38	2017
118°	Jamaica	45,46	2004
119°	Mozambique	45,58	2008
120°	Togo	46,02	2011
121°	Solomon Islands	46,1	2005
122°	Malawi	46,12	2010
123°	Malaysia	46,26	2009
124°	Cameroon	46,54	2014
125°	Seychelles	46,82	2013
126°	Venezuela, RB	46,94	2006
127°	Nicaragua	47,05	2014
128°	Dominican Republic	47,07	2013
129°	Cabo Verde	47,19	2007
130°	Gambia, The	47,33	2003

131°	Mexico	48,21	2014
132°	Bolivia	48,4	2014
133°	Kenya	48,51	2005
134°	Costa Rica	48,53	2014
135°	Guatemala	48,66	2014
136°	Congo, rep.	48,94	2011
137°	Rwanda	50,44	2013
138°	Chile	50,45	2013
139°	Honduras	50,64	2014
140°	Guinea-Bissau	50,66	2010
141°	Panama	50,7	2014
142°	Swaziland	51,45	2009
143°	Brazil	51,48	2014
144°	Paraguay	51,67	2014
145°	Belize	53,26	1999
146°	Colombia	53,5	2014
147°	Lesotho	54,18	2010
148°	Zambia	55,62	2010
149°	Comoros	55,93	2004
150°	Central African Republic	56,24	2008
151°	Suriname	57,61	1999
152°	Botswana	60,46	2009
153°	Haiti	60,79	2012
154°	Namibia	60,97	2009
155°	South Africa	63,38	2011

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial, 2017.

ANEXO B – PIB (PPC) dos países selecionados (1980-2015), em U\$S bilhões de dólares correntes

ANO	CHINA	EUA	ÍNDIA	JAPÃO	ALEMANHA	BRASIL
1980	305,945	2862,475	381,961	1027,017	866,222	570,249
1981	351,572	3210,95	442,709	1169,815	948,148	596,062
1982	406,99	3345	486,519	1284,347	999,039	636,815
1983	468,745	3638,125	542,586	1375,908	1054,62	639,447
1984	559,159	4040,7	583,309	1488,337	1122,911	697,282
1985	654,954	4346,75	633,604	1633,243	1184,249	776,449
1986	727,625	4590,125	677,253	1713,341	1237,329	851,863
1987	833,501	4870,225	722,079	1829,241	1287,554	905,061
1988	960,161	5252,625	819,31	2028,581	1382,408	939,219
1989	1039,392	5657,7	901,792	2220,638	1492,361	1006,965
1990	1119,872	5979,575	986,896	2431,093	1636,133	1000,682
1991	1263,604	6174,05	1030,52	2595,519	1775,313	1044,655
1992	1477,226	6539,3	1111,799	2676,433	1843,284	1063,481
1993	1722,587	6878,7	1192,32	2744,791	1868,54	1139,574
1994	1989,713	7308,775	1298,782	2827,419	1956,704	1225,912
1995	2254,642	7664,05	1426,298	2965,536	2033,711	1306,756
1996	2523,075	8100,175	1561,976	3113,268	2088,567	1360
1997	2802,371	8606,525	1653,058	3200,661	2164,73	1430,244
1998	3053,736	9089,15	1774,336	3198,871	2227,072	1450,653
1999	3336,107	9660,625	1953,949	3239,642	2302,946	1479,746
2000	3698,622	10284,75	2077,843	3405,45	2430,427	1579,824
2001	4096,897	10621,825	2230,276	3497,211	2531,381	1638,286
2002	4538,333	10977,525	2353	3555,093	2570,864	1714,227
2003	5091,708	11510,675	2590,566	3681,394	2603,335	1768,357
2004	5791,708	12274,925	2870,729	3866,026	2693,592	1921,642
2005	6617,286	13093,7	3238,203	4056,757	2804,578	2046,98
2006	7686,835	13855,9	3646,913	4240,788	3002,74	2193,469
2007	9011,953	14477,625	4110,915	4425,653	3186,681	2388,52
2008	10070,854	14718,575	4354,646	4463,125	3275,699	2559,44
2009	11080,887	14418,725	4759,787	4253,411	3116,816	2575,631
2010	12405,881	14964,4	5312,261	4485,871	3279,529	2803,368
2011	13864,863	15517,925	5781,844	4573,187	3471,829	2974,955
2012	15235,77	16155,25	3211,273	4727,06	3560,051	3087,963
2013	16689,398	16691,5	6724,372	4899,49	3638,966	3232,119
2014	18228,356	17393,1	7336,19	5003,954	3763,229	3306,57
2015	19695,741	18036,65	8003,405	5118,682	3860,114	3216,167

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do FMI - *World Economic Outlook*, 2017.